



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO (UFCAT) em implantação
INSTITUTO DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (MESTRADO PROFISSIONAL)

SIMONE CRISTINA MARQUES

**AS HISTÓRIAS DO ASSENTAMENTO OLGA BENÁRIO EM
IPAMERI-GO NA MEMÓRIA DOS TRABALHADORES**

CATALÃO/GO
2022

SIMONE CRISTINA MARQUES

**AS HISTÓRIAS DO ASSENTAMENTO OLGA BENÁRIO EM
IPAMERI-GO NA MEMÓRIA DOS TRABALHADORES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado Profissional – PPGH-MP, do Instituto de História e Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás (UFG)/ Universidade Federal de Catalão (UFCAT) em implantação, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História, Cultura e Formação de Professores. Linha de Pesquisa II: História, Sociedade e Práticas Educativas

Orientador: Dr. Paulo César Inácio

CATALÃO/GO
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitida no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outras formatos.

2. Nome completo do autor

Simone Cristina Marques

3. Título do trabalho

AS HISTÓRIAS DO ASSENTAMENTO OLGA BENÁRIO EM IPAMERI-GO NA MEMÓRIA DOS TRABALHADORES

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
 - b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
- O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.

Documento assinado eletronicamente por **Paulo César Inácio, Professor do Magistério Superior**, em 04/07/2022, às 09:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do



[Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **SIMONE CRISTINA MARQUES, Discente**, em 04/07/2022, às 10:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3009045** e o código CRC **895F8D95**.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFCAT.

Marques, Simone Cristina
AS HISTÓRIAS DO ASSENTAMENTO OLGA BENÁRIO EM
IPAMERI-GO NA MEMÓRIA DOS TRABALHADORES / Simone
Cristina Marques. - 2022.
80, LXXX f.

Orientador: Prof. Paulo César Inácio.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Catalão, Instituto
de História e Ciências Sociais, Catalão, Programa de Pós-Graduação
em História, Catalão, 2022.

Bibliografia. Anexos.
Inclui mapas, fotografias, tabelas.

1. Memória. 2. Movimento dos Sem-Terra (MST). 3. Assentamento
Olga Benário. I. Inácio, Paulo César, orient. II. Título.

CDU 94



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 112 da sessão de Defesa de Dissertação de **Simone Cristina Marques**, que confere o título de Mestre em História – nível Mestrado Profissional, na área de concentração: História, Cultura e Formação de Professores.

Aos **vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois**, a partir da(s) **09h00m**, remotamente, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada: AS HISTÓRIAS DO ASSENTAMENTO OLGA BENÁRIO EM IPAMERI-GO NA MEMÓRIA DOS TRABALHADORES. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador Professor Doutor **Paulo César Inácio - (PPGHMP/INHCS/UFMG/UFCAT em implantação)** “cuja participação ocorreu por meio de videoconferência” com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora **Maria Zenaide Alves - (PPGEDUC/FAE/UFMG/UFCAT em implantação)** membra titular externa “cuja participação ocorreu por meio de videoconferência” e o Professor Doutor **Cláudio Lopes Maia - (PPGHMP/INHCS/UFMG/UFCAT em implantação)**, membro titular interno “cuja participação ocorreu por meio de videoconferência”. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho de forma a estabelecer melhor vínculo com o conteúdo. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor **Paulo César Inácio**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Paulo César Inácio, Professor do Magistério Superior**, em 29/06/2022, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cláudio Lopes Maia, Professor do Magistério Superior**, em 29/06/2022, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Zenaide Alves, Professora do Magistério Superior**, em 29/06/2022, às 10:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2943111** e o código CRC **DF3690DE**.

SIMONE CRISTINA MARQUES

**AS HISTÓRIAS DO ASSENTAMENTO OLGA BENÁRIO EM
IPAMERI-GO NA MEMÓRIA DOS TRABALHADORES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado Profissional – PPGH-MP, da Instituto de História e Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás (UFG)/ Universidade Federal de Catalão (UFCAT) em implantação, como requisito para obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História, Cultura e Formação de professores. Linha de Pesquisa II: História, Sociedade e Práticas Educativas

Orientador: Dr. Paulo César Inácio

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Cesar Inácio
UFG/UFCAT – Instituto de História e Ciências Sociais

Prof^a Dr^a. Maria Zenaide Alves
UFG/UFCAT – Faculdade de Educação

Prof. Dr. Cláudio Lopes Maia
UFG/UFCAT – Instituto de História e Ciências Sociais

Catalão-GO, _____ de _____ de 2022

DEDICATÓRIA

Dedico esta conquista a meus pais e familiares, pelo apoio e incentivo dispensados a mim. Vocês são peças fundamentais para esta vitória acontecer.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente, a Deus, pelo dom da vida e por permitir a realização de mais um sonho. Obrigado por me dar força e garra para superar os desafios e poder chegar até o final desta jornada.

Aos meus pais e familiares pela paciência e compreensão nos momentos de ausência, em que me dediquei aos estudos. Obrigada por estar ao meu lado durante toda minha trajetória.

Ao Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado Profissional que me acolheu tão bem, em todos os momentos que precisei. Sou grata também, ao corpo docente de um modo geral, pois demonstraram ter compromisso com a qualidade e excelência do ensino transmitido durante as aulas.

Em especial ao professor Dr. Cláudio Lopes Maia e a professora Dr^a. Maria Zenaide Alves pelas suas disponibilidades em participar da banca de qualificação e pelos apontamentos que contribuíram positivamente, proporcionando novos olhares para o tema em estudo.

Deixo meus sinceros agradecimentos ao meu orientador Prof. Dr. Paulo Cesar Inácio por dedicar inúmeras horas de seu, tão disputado, tempo para sanar minhas indagações, me fazendo pensar e questionar sobre o tema, me conduzindo para a direção correta. Seus conhecimentos fizeram grande diferença no resultado final desta pesquisa.

Agradeço, ainda, as pessoas pertencentes ao assentamento Olga Benário que mesmo em meio a pandemia do Covid-19 concordaram em conceder as entrevistas pelo WhatsApp, contribuindo com informações significativas para poder dar andamento ao trabalho.

Deixo expresso meus sinceros agradecimentos a memória da senhora Maria Nilcia Fernandes da Silva que veio a falecer no ano de 2021, não podendo ver esta obra concluída. Sua participação foi muito importante por me receber em sua casa no assentamento e se mostrar disposta para me auxiliar em tudo o que precisei, contribuindo muito para realização desta pesquisa.

Por último, mas não menos importante aos meus colegas do mestrado pelas palavras de encorajamento e trocas de experiências. Enfim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente, com meu sucesso.

“Lutei pelo justo,
pelo bom e pelo melhor
do mundo.” (OLGA BENÁRIO)

RESUMO

A pesquisa construiu a história do assentamento Olga Benário, significada nas memórias dos(as) entrevistados(as). Explorou-se como nas memórias aparecem questões como a reforma agrária, aos movimentos sociais do campo, às características dos assentamentos. Identificou-se na luta pela conquista da terra uma prática de educação informal, constituída nos diversos saberes. Damos foco para os desafios vivenciados na conquista do assentamento e na construção de alternativas para produzir/comercializar o que produzem mantendo à solidariedade vivida na conquista do assentamento. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, e produção de entrevistas, tendo como base os autores: Alessandro Portelli, Yara Khoury, explorando como as memórias oferecem um campo de disputa política. Ainda, foi produzido um material didático que conta a história do assentamento Olga Benário, em Ipameri-GO. Uma proposta que tem o intuito de reviver todo o histórico de lutas pela terra perpassado pelos moradores deste assentamento, pois constata-se que esta história está se perdendo com o tempo e necessita ser resgatada para que as novas gerações se inteirem dos acontecimentos dando continuidade à luta.

Palavras-chave: Memória, Movimento dos Sem-Terra (MST), Assentamento Olga Benário.

ABSTRACT

The research built the history of the Olga Benário settlement, signified in the memories of the interviewees. It was explored how issues such as agrarian reform, rural social movements and the characteristics of settlements appear in the memories. In the struggle for the conquest of the land, an informal education practice was identified, constituted in the different knowledges. Focusing on the needs and difficulties faced by the residents of that settlement. A bibliographic research was carried out, and interviews were produced, based on the authors: Alessandro Portelli, Yara Khoury, exploring how memories offer a field of political dispute. Also, a teaching material was produced that tells the story of the Olga Benário settlement, in Ipameri-GO. A proposal that aims to revive the entire history of struggles for the land passed through by the residents of this settlement, as it appears that this history is being lost with time and needs to be rescued so that the new generations become aware of the events giving continuity to the fight.

Keywords: Memory, Movement of the Landless (MST), Olga Benário Settlement.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	9
2.	CAPÍTULO 1 – Fundamentação teórica: o uso da História Oral e o Movimento dos Sem-Terra (MST)	18
2.1	O resgate da Memória	18
2.2	A questão agrária e o surgimento do Movimento dos Sem-Terra (MST)	24
3.	CAPÍTULO 2 – Assentamento Olga Benário no sudeste goiano: trajetória de luta e esperança de um povo	33
3.1	A luta pela terra em Goiás	33
3.2	A construção do Assentamento Olga Benário em Ipameri-GO	40
4.	Oficinas pedagógicas relacionadas ao assentamento Olga Benário.....	50
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
6.	REFERÊNCIAS	74

1. INTRODUÇÃO

Os anseios que propuseram esse trabalho iniciaram quando atuava em minha profissão como professora na Escola Municipal Nossa Sra. de Fátima, no município de Ipameri-GO, que agrega no turno matutino a 2ª fase do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e no período vespertino a 1ª fase do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). A Escola se localiza no bairro denominado Conjunto Waldemar Leone Ceva, que fica distante da área central da cidade. Os alunos matriculados advêm dos bairros mais próximos, tais como: Vila Domingues, Vila Baioch, Vila América e duas vilas que foram oriundas de projetos habitacionais do governo, as Vilas Dionísia e Enedina. Estes bairros constituem espaços de moradia e vida de trabalhadores e trabalhadoras, de baixa renda. Além disso, fazem parte da escola alunos/as que residem no Assentamento Olga Benário.

A escola está próxima a saída oeste da cidade, cerca de 17 km do assentamento, por isso, não são todos os alunos do assentamento que estudam no referido local, pois para ir do assentamento à escola os alunos necessitam atravessar toda a cidade. Fato que não é viável para todas as famílias pertencentes ao Olga Benário. Assim, pode-se perceber que há alunos matriculados em outras escolas mais próximas da sua localidade, a saída leste da cidade.

Mas ao observar que alguns alunos/as chegavam à escola por meio de transporte escolar do município, me deparei com certos educandos que despertaram minha curiosidade, pois muitos calçavam botina, usavam roupas simples e bonés para tampar do sol. Eram unidos entre eles e vinham do assentamento Olga Benário local de conquista, que implicitamente carrega lutas, anseios, conflitos. Onde o passado tem muito a dizer, para retratar o presente dessas pessoas. Trata-se do Assentamento Olga Benário que se localiza na rodovia GO-213, km 104, na estrada que liga Ipameri a Campo Alegre de Goiás, distante cerca de 15 km do perímetro urbano da cidade de Ipameri-GO. Até o presente momento não conhecia o referido local, que servia de residência para cerca de 12 alunos que frequentavam a escola.

Esses alunos eram transportados por meio de Van, fornecidas pela Prefeitura Municipal, sem nenhum gasto por parte das famílias. O transporte escolar não era exclusivo para esta escola, trazendo apenas os alunos que moram no assentamento e na área rural próxima para as diversas escolas, municipais e estaduais, nas quais estavam matriculados dentro do município.

No início da instalação do assentamento essas crianças sofriam preconceito, por parte de alguns colegas de sala de aula e, às vezes, até por alguns professores, devido ao estigma de ser sem-terra que perpassa a maioria das relações e impede, por exemplo, que algumas crianças assumam sua identidade de assentado, como também chega a interferir na continuidade dos

estudos. Entretanto, com o passar do tempo essa realidade foi mudando dentro do município, pois os assentados tem mostrado com seu trabalho e sua constante luta que ser sem-terra é ser cidadão e, ao longo da convivência, tem conseguido desconstruir, de forma gradativa, esta imagem negativa e conseguido, colher os frutos de uma convivência pacífica, produtiva, solidária e participativa.

A escola, objeto deste estudo, tenta tratar todos os alunos matriculados com equidade, respeitando todas as suas particularidades. Uma forma de incentivar e preservar a cultura do aluno, seus hábitos e costumes. sendo que “não se pode usar o direito igual para todos, ou seja, não se pode tratar igualmente os desiguais, pois, assim, a desigualdade é perpetuada.” (AZEVEDO, 2013, p. 138). Para que se cumpra esse viés, a escola recomenda aos funcionários que dê a devida importância para as histórias de vida dos alunos do assentamento e não reprimir sua cultura. Tenta estabelecer a socialização desses alunos por meio de palestras direcionadas a turma na qual o aluno/a está inserido/a, com o intuito de promover o conhecimento de suas histórias de vida para diminuir o preconceito social existente.

Foi essa motivação que me induziu a conhecer de perto as famílias dos alunos que estão no assentamento Olga Benário. No início da pesquisa pretendia mostrar que as representações que os associavam a desordeiros eram mentirosas, pois apenas formam um grupo de trabalhadores. Mas, com o andamento da pesquisa, o interesse foi deslocado para o movimento de resgate da memória, onde pretendia interpretar a partir das entrevistas a história da conquista do assentamento Olga Benário. Interesse que mudou após perceber que o MST esteve presente apenas na ocupação/conquista e depois ocorreu uma outra organização e divisão do trabalho entre as famílias assentadas, fato que me instigou a querer saber mais, para contar, também, sobre esta separação interna do assentamento.

Observando que assistimos cotidianamente, através dos noticiários impressos e pela mídia, a mobilização de trabalhadores rurais em todo país, principalmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Mostram conflitos, ocupações, violência, discussões para tentar associar o MST a uma organização violenta e criminosa. Um esforço para tirar a legitimidade de pessoas empobrecidas e exploradas, de quem foi retirada as condições mínimas de vida como: alimentação, moradia, vestuário, e de acessarem a terra. Como exemplo pode-se citar a “Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária” evento que ocorreu no ano de 1997 e ganhou repercussão nacional, sendo representado pela mídia como uma manifestação em resposta ao massacre de Eldorado dos Carajás que aconteceu no estado do Pará. Porém, sua finalidade era dar visibilidade e legitimidade ao MST para obter adesão popular a causa da Reforma Agrária (CHAVES, 2000). Como mostra a **Figura 1** a seguir:

Figura 1 – Chegada da Marcha Nacional em Brasília.



Fonte: <https://mst.org.br/2021/04/17/memoria-marcha-nacional-por-emprego-justica-e-reforma-agraria-brasilia-1997/>

Um lado que pouco se noticiou, transparecendo apenas a ocupação de Brasília como um ato político de malfeitores capazes de invadir e tomar terras das pessoas. Imagem que se instaurou devido a sua forma de lutar que envolve

Além das ocupações de terra, organização de marchas, ocupações de prédios públicos, greves de fome, passeatas e manifestações em frente às agências públicas e bancárias. Esses atos intensificam as lutas e aumentam o poder de pressão dos trabalhadores nas negociações com os diferentes órgãos do governo. Para o MST, a mobilização pela terra é uma luta popular heterogênea, construída na práxis (CARTER, 2010, p. 180).

Contudo, pode-se perceber que nem sempre todas as reivindicações e exigências feitas pelo movimento são atendidas nos assentamentos, sofrendo discriminações por parte das autoridades governamentais, bem como da imprensa, que associam os trabalhadores rurais e, principalmente o MST, a vagabundos, ladrões de terras e marginais, como ressalta Souza (2002, p. 2)

À medida em que o Movimento Sem-Terra ganha força no cenário nacional reivindicando direitos, a grande imprensa atua de forma ambígua, pois ao mesmo tempo em que dá visibilidade ao Movimento, por outro lado irá deformar e obscurecer as suas reais intenções. O papel que a imprensa desempenha irá contribuir para reforçar o discurso sobre o radicalismo do Movimento e a (im)possibilidade de discussão da questão da luta pela reforma agrária. Assim é que o MST irá figurar na imprensa nacional, ora como

movimento de reivindicação, ora como “marginal” que congrega em torno de si um “bando de desordeiros”.

Neste sentido, percebe-se que as autoridades muitas vezes tentam tirar a legitimidade do movimento, que é representado por pobres sem-terra. Trata-se de grupos familiares de homens, mulheres, jovens, crianças e idosos, que se juntaram para lutar pela terra. Essas pessoas não devem ser esquecidas pela história, sendo necessário compreender o significado dessa luta pela terra, por meio das suas histórias de vida, suas realidades cotidianas e as mobilizações que os impulsionaram a lutar por um pedaço de terra.

É preciso atentar-se também a diversidade de assentamentos rurais¹ que tem se constituído, principalmente, como decorrência da pressão dos trabalhadores na reivindicação de suas necessidades, pois como descreve Leite, (2012, p. 110)

não podemos reduzir esse processo a um único ‘modelo’, seja em relação à origem do trabalhador que reivindica terra, seja à organização da luta, do acampamento e do próprio assentamento, seja, ainda, às atividades praticadas nesses novos espaços e a forma pela qual eles se materializam. Assim, são válidas e legítimas as lutas de trabalhadores que, tendo sua última moradia e/ou local de trabalho no meio rural, passam a se engajar nos movimentos pela democratização da terra, como são igualmente válidas as reivindicações de trabalhadores oriundos do meio urbano (metropolitano ou não), muitas vezes com uma trajetória anterior no meio rural, que buscam a (re)conversão aos espaços proporcionados pela Reforma Agrária.

Essa diversidade de elementos torna cada assentamento uma situação particular de luta que tem em comum a relação de tensão e de legalização de comunidades formadas por múltiplos atores, como seringueiros, posseiros, agricultores de áreas atingidas pela construção de hidroelétricas, trabalhadores do campo e da cidade, desempregados e etc., envolvendo, por sua vez, várias instituições como ONG’s e órgãos governamentais, pastorais de igrejas e sindicatos. É importante ressaltar ainda que nem todos os assentamentos rurais são frutos de processos de ocupação, há aqueles que são legalizações de propriedades em que havia famílias morando ou trabalhando, fazendo há bastante tempo algum tipo de uso da terra (MEDEIROS & LEITE, 1997). Um grande exemplo é o assentamento Olga Benário, objeto de estudo desta pesquisa, que se formou por meio da venda da Fazenda Ouro Verde/Santa Rosa, quando o proprietário

¹ Entende-se por assentamento rural “um **conjunto de unidades agrícolas** independentes entre si, instaladas pelo INCRA onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas, é entregue pelo INCRA a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias. A quantidade de glebas num assentamento depende da capacidade da terra de comportar e sustentar as famílias assentadas. O tamanho e a localização de cada lote são determinados pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece.” (INCRA, 2020, p. 1).

resolveu vender suas terras ao INCRA. Iniciando todo o processo de assentamento que demorou por volta de três anos para ser concluído. Ponto que será detalhado ao longo deste trabalho.

Diante disso, faz-se importante, que eu enquanto professora da referida escola, apresente aos funcionários e alunos à trajetória de lutas percorrida pelos integrantes do MST, para que não julguem sem saber. Trata-se de uma forma de contribuir com a socialização desses alunos no ambiente escolar e amenizar os preconceitos existentes na sociedade ipamerina.

Um grande desafio como sustentar após a conquista a solidariedade vivida na luta pela conquista, acampar juntos, partilhar, discutir juntos. Como a pressão por suprir as condições materiais de vida, trazem em si um outro jeito político de viver para essa satisfação. Por isso, a intenção de desenvolver esta pesquisa ocorre para divulgar a história do assentamento e esta não cair no esquecimento da população. Para contribuir com essa intenção, foi desenvolvido um material didático que apresenta três módulos de planos de aula sobre o MST. Tendo como foco as polêmicas quanto às ocupações de terras e a produção de alimento sem o uso de agrotóxicos no Assentamento Olga Benário no município de Ipameri. Uma forma de tornar conhecidas as pessoas que integram o MST e seu trabalho na sociedade.

Conhecer as condições de vida presentes nos assentamentos, mais especificadamente no assentamento Olga Benário, de Ipameri-GO, se faz necessário, visto que, as famílias ali presentes também fazem parte da sociedade, suas histórias de vida se misturam com as da comunidade local, sendo importante o resgate da memória para contar a história do MST na cidade. Também deve-se fazer conhecer todas as dificuldades enfrentadas por essas famílias para permanecer na terra após a posse.

Assim, ao pesquisar sobre as memórias e narrativas relacionadas ao assentamento surgiram as seguintes indagações: Como narram suas histórias? Por que entraram no Movimentos Sem Terra? Quais as dificuldades que encontraram/encontram no assentamento? Como está a luta atualmente? Os ideais do MST ainda existem ou estagnou no decorrer do tempo? Quais suas estratégias de sobrevivência? Como se dividiram em associações?

Pontos que são importantes para compreender questões relacionados à reforma agrária, aos movimentos sociais do campo, às características dos assentamentos, às necessidades e dificuldades enfrentadas, fazendo uma análise de suas narrativas históricas e sobre a educação fornecidas as pessoas pertencentes ao assentamento Olga Benário no município de Ipameri-GO. Itens que foram abordados ao longo desta pesquisa.

Para isso, elegeu-se como metodologia de pesquisa o uso de entrevistas. Tomando como suporte as bibliografias dispostas em livros e artigos que se encontram impressos ou dispostos na internet, sobre o uso da fonte oral, a memória e a reforma agrária. Ainda, utilizou-se os

trabalhos de Firmino (2013) que retrata o deslocamento das pessoas que integram o assentamento Olga Benário, bem como Alves (2018) que acompanhou a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) dentro do assentamento. O uso desta metodologia se torna importante para promover o conhecimento sobre o MST e em específico os integrantes do assentamento Olga Benário no município de Ipameri-GO.

Entretanto, como fez uso de entrevista, esta pesquisa teve que ser submetida à apreciação do Comitê de Ética da Regional Catalão UFG para assegurar o respaldo correto da coleta de dados. Obtendo um parecer favorável. Considerando que existem muitos métodos de geração de dados em uma abordagem qualitativa, dentre os quais está a história de vida, que foi eleita para uso neste estudo. Com referência a essa abordagem, Paulilo (1999) argumenta que por meio da história oral de vida pode-se compreender o que acontece na interseção do individual com o social, possibilitando que elementos do presente se fundam a evocações passadas, o que oportuniza dinamismo na construção da estrutura social.

Assim, o trabalho com a memória através da fonte oral tem sido primordial pela articulação que possibilita entre a História e o cotidiano. Para Paul Thompson (1998), o sucesso da história oral justificou-se por ela ter se apresentado como um instrumento de transformação do conteúdo e da finalidade da História. Ela revelou novos campos de pesquisa que passaram a considerar como matéria-prima de trabalho as experiências de vida de pessoas e grupos.

As histórias de vida e as narrativas fazem parte das características da abordagem qualitativa das pesquisas científicas, posto que essa se envolve com a subjetividade dos sujeitos pesquisados, isto é, com valores, sentimentos, emoções, percepções, perspectivas, dentre outros aspectos não mensuráveis.

O trabalho com histórias de vida e as narrativas possibilitam a geração de dados qualitativos. Os recursos encontrados nesse tipo de levantamento, conforme Portelli (1997), refere-se à subjetividade de quem fornece os dados por meio de fontes orais, e nela são encontrados elementos preciosos que não se encontram em outras fontes de pesquisa.

Por isso, no presente estudo planejou-se realizar entrevistas semiestruturadas com pessoas que moram no assentamento Olga Benário no município de Ipameri-GO, se referindo a homens e mulheres adultos, com faixa etária acima dos 18 anos. A intenção das entrevistas foram de resgatar a memória do assentamento através dos relatos das suas histórias de vida e condições de subsistência. Dessa forma, os **critérios de inclusão** dos participantes é ter feito ou ainda fazer parte do movimento sem-terra, **excluindo** todas as pessoas que não tiveram contato com o movimento sem-terra. Estes critérios de seleção dos integrantes perduraram após a pandemia instaurada.

Os **benefícios** para os participantes da pesquisa é ver sua história de lutas ser registrada na história e seus feitos contados para as gerações futuras, não sendo esquecidos pelo tempo. A pesquisa apresenta também benefícios no âmbito acadêmico ao possibilitar o resgate da memória e a compressão da qualidade de vida das pessoas que moram no assentamento Olga Benário.

Assim, o presente estudo contou inicialmente com o seguinte planejamento:

- ✓ Visitas ao assentamento Olga Benário;
- ✓ Entrevistas com as famílias assentadas respaldadas em roteiros devidamente programados;
- ✓ Análise dos indicadores: habitação, saúde, educação, condições sanitárias, higiene e bens duráveis para a prevista avaliação da qualidade de vida no assentamento;
- ✓ Elaboração de material de apoio com os resultados da pesquisa, para servir de base para futuras pesquisas sobre as pessoas sem-terra.

Juntamente com uma amiga que trabalhava no Senar, pois muitos trabalhadores assentados fazem cursos profissionalizantes oferecidos pela instituição, que visita diariamente o assentamento para ministrar os cursos. O auxílio de uma pessoa conhecida para eles facilitou o desenvolvimento da pesquisa, proporcionando mais segurança para responder as perguntas. Assim, realizei algumas viagens ao assentamento para conhecer o local e estabelecer contato com as famílias. Este processo ocorreu no início do ano de 2020 momento no qual estava selecionando as pessoas que aceitariam me conceder as entrevistas e pegando o contato para marcar uma data apropriada.

Porém, no mês de março de 2020 quando iria iniciar com as entrevistas, houve uma impossibilidade devido a pandemia mundial do Coronavírus, COVID-19, que fechou a universidade, impedindo que as inquietações fossem confrontadas com as memórias dos assentados. O isolamento social passou a ser essencial para evitar a contaminação do vírus e as entrevistas tiveram que ser repensadas, na tentativa de encontrar meios para o andamento da pesquisa. Mas, em meio a esse isolamento a tecnologia passou a ser aliada de todos, pois entrei em contato com os assentados através do WhatsApp e uma etapa que ocorreria através do contato físico, lado a lado, fazendo intervenções quando necessário, ocorreu por meio de um aparelho eletrônico, totalmente dependente da internet para ter um resultado satisfatório no desenvolvimento da pesquisa.

As entrevistas ocorreram com o envio da foto do questionário para os dois entrevistados, sendo que um me respondeu por escrito e o outro na forma de áudio. Não foi estipulado prazo de entrega das respostas, porém, os dois entrevistados não demoraram para entregar as

respostas. Assim, respectivamente, teve a entrevista da senhora Flávia Lopes Vaz de 39 anos, que está no assentamento a 12 anos e não participou da organização do movimento, apenas foi uma das famílias que receberam seu lote de terra. Já o senhor Flavio Fernandes Dias de 33 anos, esteve no movimento desde sua fundação em 2004, participando da organização.

Diante disso, observa-se que a pesquisa acarretou em pontos positivos, pois os entrevistados tiveram liberdade para pensar nas respostas, não se sentindo pressionados ou pegos de surpresa ao responder uma pergunta. Apesar de não ver os entrevistados, as respostas em áudio permitem esclarecer os fatos, possibilitando analisar seu tom de voz, suas pausas e seus vícios de linguagem. Mas, esse recurso também gerou pontos negativos como respostas escritas de forma direta, sem expor detalhes sobre o assunto questionado. O que dificulta o aproveitamento da entrevista e o andamento da pesquisa. Outro ponto negativo ocorreu por não haver contato presencial, pois se perde a observação das reações físicas e emocionais do entrevistado. A expressão corporal serve como forma de reafirmar o posicionamento do indivíduo sobre o assunto.

Partindo desse pressuposto esta pesquisa se baseia nas memórias e narrativas históricas dos moradores do Assentamento Olga Benário de Ipameri-GO. Um local que foi dividido em 84 lotes separados por estradas vicinais. Cada lote foi ocupado por uma família, pertencente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que acompanhavam as atividades do movimento dentro do estado. As famílias foram separadas em nove grupos distintos, unindo aqueles que possuíam a mesma origem e/ou afinidade, tal ato visava manter maior harmonia na ocupação do assentamento. Dentre esses grupos, um se diferenciou por optar por uma lógica de produção coletiva onde todas as famílias trabalhavam em conjunto para produzir uma única área, enquanto que, somente uma pequena porção de terra em torno de cada casa poderia ter produção independente (FIRMINO, 2013).

Entretanto, após três anos da ocupação algumas famílias se desvincularam do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), devido a problemas com a administração local do movimento. Essas famílias se uniram para fundar a Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Olga Benário (ASPRAOB). Com essa divisão, cerca de 50 famílias se associaram a ASPRAOB e apenas 34 continuaram vinculadas ao MST.

Devido a esta separação, não se pode garantir que todos os direitos requeridos pelo MST estão realmente sendo aplicados ao assentamento. Assim, torna-se importante conhecer esta realidade, dando margem para que futuros projetos possam ser desenvolvidos.

Diante disso, a presente pesquisa foi dividida em três capítulos, onde o **Capítulo 1** retratará o uso da História Oral e o Movimento dos Sem-Terra (MST). O **Capítulo 2** descreverá

sobre o Assentamento Olga Benário: a construção e a esperança de um povo e o **Capítulo 3** abordará o produto: material didático apresentando aos alunos de forma simples os principais pontos da história do assentamento para que todos saibam quem são seus integrantes.

2. CAPÍTULO 1 – Fundamentação teórica: o uso da História Oral e o Movimento dos Sem-Terra (MST)

A história oral é uma das metodologias utilizadas na pesquisa historiográfica como forma de registro da memória, podendo se referir tanto a memória individual do sujeito como a memória coletiva de um determinado grupo. Este tipo de método auxilia o indivíduo na transmissão de suas histórias de vida para as novas gerações. Ponto que torna possível resgatar os hábitos e costumes de um grupo social específico para a construção da sua identidade. Porém, ao lidar com a memória deve-se ter noção de que está sujeita tanto a lembrança como ao esquecimento, necessitando da intervenção do historiador para atribuir significado aos acontecimentos ocorridos no passado de maneira que possam perpetuar no tempo. Assim, por meio da história oral o historiador consegue obter informações sobre diversas temáticas inclusive sobre o Movimento dos Sem-Terra (MST), objeto de estudo desta pesquisa.

2.1 O resgate da Memória

Todo indivíduo possui um conhecimento prévio raso do cotidiano que precisa ser resgatado e interpretado pelo historiador para que se possa reconstruir o passado. Esse conhecimento chega ao historiador através da história oral, que pode ser entendida como

uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador à fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. (ALBERTI, 2005, p. 155)

Trata-se de um conjunto de procedimentos que envolve muito mais do que somente a realização das entrevistas, considerando etapas anteriores como a elaboração do projeto de pesquisa, a definição das pessoas que serão entrevistadas e o planejamento das entrevistas. Continuando depois com a transcrição das entrevistas, a conferência dos dados, a autorização para uso e o arquivamento. Sem deixar de fora a publicação dos resultados revisados pelos entrevistados (MEIHY, 2005).

Porém, para obter êxito este método de pesquisa depende da relação estabelecida entre pesquisador e entrevistado, situação que influencia todo o caminhar da pesquisa, indo de encontro com os interesses de ambos ao realizar uma entrevista. Constatando que o pesquisador tem o intuito de ouvir e registrar a narração dos fatos que envolvem seu objeto de estudo. Para isso deve, de acordo Thompson (1998, p. 254) possuir “interesse e respeito pelos outros como

pessoa e flexibilidade nas reações em relação a eles; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e, acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar.” Demonstrando que conhece as técnicas necessárias para se estabelecer um diálogo entre pesquisador e entrevistado. Observando que está nas mãos do pesquisador conduzir a entrevista direcionando os questionamentos para que possa extrair do entrevistado as respostas sobre um tema específico de maneira mais natural possível.

Deve, ainda, se colocando no lugar do entrevistado para conhecer seu ponto de vista sobre o relato, como destaca Bourdieu (1998, p. 693) “cada ponto de vista do outro deve ser compreendido pelo pesquisador que buscará ter em mente as características pessoais, profissionais, culturais e sociais do entrevistado.” Evitando uma posição de superioridade, para não oprimir, coagir ou induzir o entrevistado durante a entrevista, comprometendo seu resultado. Sendo que a presença do gravador já causa um efeito de censura e retração no entrevistado.

Pensando nisso, o pesquisador deve tornar a entrevista uma coisa confortável e descontraída para o entrevistado de forma que se sinta à vontade para falar ou não sobre determinado assunto, amenizando o fato de invadirem seu espaço, sua privacidade e em alguns casos provocar lembranças indesejadas.

Em alguns casos os entrevistados concedem a entrevista apenas com o intuito de ver os fatos que considera significativos serem registrados pelo historiador dentro da pesquisa científica. Dessa forma, ao conceder uma entrevista o entrevistado

se percebe ‘criador da história’ a partir do momento em que se dá conta que, mesmo minimamente, transformou e transforma o mundo (talvez até sem ter a consciência disso), questionando elementos da vida social. Então ele para e reflete sobre sua vida – e este momento é acirrado pelas entrevistas, ocorrendo com frequência – se vê como um ator social e ‘criador da história’. Essas pessoas, de objetos da pesquisa, se tornam sujeitos, pois percebem não só sua história de vida, mas seu projeto de vida nesse processo de autoanálise. (LE VEN et al, 1997, p. 64)

Por meio deste método o entrevistado tem a liberdade de rememorar acontecimentos ocorridos no passado, a partir de suas experiências de vida como integrantes de grupos sociais distintos, trazendo novas perspectivas para a história.

Assim, constata-se que a história oral é uma metodologia de pesquisa adequada para visualizar diferentes pontos de vista sobre um mesmo fato, possibilitando responder os questionamentos do presente, pois como afirma Matos, Senna (2011, p. 101) “só através dela podemos conhecer os sonhos, anseios, crenças e lembranças do passado de pessoas anônimas,

simples, sem nenhum status político ou econômico, mas que viveram os acontecimentos de sua época.”

O trabalho com fontes orais abriu espaço para se conhecer dados que um documento escrito não mostra sobre o sujeito, permitindo ao historiador contar a história de indivíduos que normalmente são excluídos das histórias e dos documentos oficiais. Por meio da história oral se tornou possível dar visibilidade a este tipo de público, para que se conheça a realidade das relações sociais existentes, de forma que se consiga denunciar todas as injustiças sociais ocorridas (MEIHY, 1996).

Entretanto, deve-se tomar cuidado com o uso de uma fonte oral, visto que podem perpassar dados imprecisos como menciona Matos, Senna (2011, p. 102) “os depoimentos orais são fontes subjetivas, relativas à memória individual, às vezes falíveis ou fantasiosas.” Se trata de fontes que dependem da memória do indivíduo para existir, fator que as tornam insuficientes, ambíguas e passíveis de manipulação, quando analisadas sozinhas. Mas, quando o pesquisador estabelece um diálogo com documentos escritos, as fontes orais se tornam “um conhecimento do vivido muito mais rico, dinâmico e colorido com situações que de outra forma não conheceríamos.” (MATOS; SENNA, 2011, p. 97). Ou seja, o uso de entrevistas deve ser intercalados com os documentos escritos para que se possa embasar os fatos retratados.

Uma forma de manter a ética com o sujeito e com a pesquisa, como descreve Portelli (1997, p. 15)

o compromisso com a honestidade significa, para mim, respeito pessoal por aqueles com quem trabalhamos, bem como respeito intelectual pelo material que conseguimos; compromisso com a verdade, uma busca utópica e a vontade de saber ‘como as coisas realmente são’, equilibradas por uma atitude aberta às muitas variáveis de ‘como as coisas podem ser’.

A ética do pesquisador surge no momento do tratamento dos dados coletados pela pesquisa, pois apesar de ter autonomia para fazer recortes em uma entrevista separando os pontos que considera relevantes para atingir seus objetivos, deve-se tomar cuidado com as partes que são deixadas de lado, para não modificar a visão perpassada pelo entrevistado (PORTELLI, 1997, p. 15).

Neste sentido, Portelli (2010, p. 20) aponta a entrevista como “uma troca de olhares. E bem mais do que outras formas de arte verbal, a história oral é um gênero mutável, resultado do trabalho comum de uma pluralidade de autores em diálogo.” Necessitando que o pesquisador tenha experiência com o manuseio de uma entrevista, para poder editá-la de maneira que deixe vir a público apenas as partes mais relevantes para a pesquisa científica (MEIHY, 1996).

Sempre confrontando os documentos escritos com as fontes orais indo em busca de atribuir um caráter imparcial para os fatos. Considerando que ao transcrever uma entrevista o pesquisador deve dar sentido aos fatos narrados para que não se tornem mera repetição dos acontecimentos. A transcrição literal da entrevista é um mito, pois é impossível transcrever todas as passagens de sons captados durante uma entrevista. Além do mais uma entrevista editada possibilita a construção de textos claros e diretos, que analisam com precisão as falas do entrevistado, intervindo somente em momentos adequados para a reconstrução da história (MEIHY, 1996). Ponto que foram tratados no momento de transcrever as respostas das perguntas encaminhadas pelo Whatsapp aos entrevistados. Utilizando apenas as falas que tiveram mais relevância para contar os fatos e atribuindo sentido a estas, para que o leitor possa compreender os acontecimentos.

Este tipo de tratamento dos dados garante o devido respeito ao entrevistado, como destaca Bourdieu (1998, p. 710) “[...] em nome do respeito devido ao autor que, paradoxalmente, foi preciso às vezes decidir por aliviar o texto de certos desdobramentos parasitas, de certas frases confusas, de redundâncias verbais ou de tiques de linguagem (os ‘bom’ e os ‘né’).”

O resultado apresentado ao final pelo pesquisador conta com revisão do entrevistado que se sente confortável em autorizar a publicação de seus relatos na pesquisa científica, como expõem Portelli (1997, p. 30)

[...] aquilo que realmente restituímos é uma oportunidade para as pessoas com quem conversamos organizarem seus conhecimentos com maior clareza: um desafio para aumentarem sua consciência, para estruturarem aquilo que já sabemos – processo que começa com a entrevista e continua, à medida que se defrontam com nossas conclusões.

Trata-se de uma narrativa que interpreta e dá sentido a uma experiência que foi vivida, vista ou ouvida pelos entrevistados baseada nas suas experiências de vida que são permeadas por um conjunto de valores, proporcionando o resgate das suas memórias que ficarão registrada para as novas gerações.

Diante disso, outro fator que deve ser pensado quando se usa a história oral como metodologia de pesquisa é a importância de se resgatar a memória do sujeito, pois conforme Aguiar (2014, p. 132)

por meio da memória, pode-se mirar o passado com a intenção de apreender dele as experiências, que, interpretadas, darão sentido ao presente, ajudando-

o a entender seu mundo, suas origens, quem ele é e quem são os outros, constituindo, assim, sua identidade (pessoal e coletiva).

A memória carrega significados e ressignifica o passado evocado e lembrado. Através da memória é possível resgatar o que por hora ficou esquecido, permitindo evocar as particularidades guardadas nas lembranças do indivíduo. Um passado não representado ou rememorado pela história, um tempo que permite ter contato direto com o presente por meio da memória, interferindo no processo atual de representações, como menciona Bosi (2003a, p. 48) “memória seria o lado subjetivo de nossos conhecimentos das coisas e a lembrança concerne à concepção complexa e concreta das coisas.”

O resgate da memória é uma ação importante para registro da história, pois através dela é possível conhecer as particularidades de uma determinada cultura, ocorrendo a inserção social de um indivíduo ou de um grupo na história. Por isso, quando o ser humano consegue se situar historicamente sobre um determinado assunto, tem as condições necessárias para construir sua identidade histórica, obtendo uma consciência histórica diante do fato. Em se tratando de consciência histórica, Cerri (2001, p. 101) define como o “estabelecimento do sentido da experiência no tempo, ou seja, o conjunto dos pontos de vista que estão na base das decisões sobre os objetivos.” Trata-se de uma maneira de relacionar o saber científico com o seu uso na vida prática para orientar o indivíduo no tempo. Em outras palavras, conforme Gadamer (2003, p. 17), a consciência histórica é “o privilégio do homem moderno de ter plena consciência da historicidade de todo presente e da relatividade de toda opinião.” Um modo como se compreende o passado para dar significado para as ações do presente. Dando importância para a construção do saber na mente do sujeito, pois como menciona Schmidt, et al (2011, p. 80)

a consciência histórica vem à tona ao contar narrativas, isto é, histórias, que são uma forma coerente de comunicação, pois se referem à identidade histórica de ambos: comunicador e receptor. As narrativas, ou seja, histórias contadas aqui, são produtos da mente humana; com sua ajuda as pessoas envolvidas localizam-se no tempo de um modo aceitável para si mesmas.

A formação da consciência histórica contribui sobremaneira com a capacidade do indivíduo em perceber seu papel na sociedade e compreender os problemas referentes ao seu tempo, devendo sempre estar inteirado e tomando consciência de sua história através da memória que foi registrada pelos demais pessoas pertencentes aquele meio. Dessa forma, deve compreender que participa de uma sociedade que está em permanente evolução, suscetível tanto a lembrança como ao esquecimento, sendo vulnerável a todos os usos e manipulações do tempo (NORA, 1993).

O fato de obter consciência histórica não significa que o indivíduo tem a capacidade de acumular saber histórico e sim saber se orientar no tempo. Assim, o local em que o indivíduo está inserido corresponde a um espaço para a formação da sua cultura histórica, sendo um ambiente no qual constrói sua identidade social por meio da memória. O que se quer dizer por identidade social é o fato do ser humano se identificar com um determinado grupo social, delimitando o lugar em que ocupa na sociedade (CERRI, 2001).

Por meio do registro da memória coletiva e da identidade social pode-se perceber as características do grupo no qual determinada pessoa está inserida, sendo desenvolvidas, com o tempo, as referências de cada grupo, ficando estas registradas na memória de seus integrantes, sendo passadas de geração para geração como uma forma de oferecer as explicações do mundo e de seu dever para as futuras gerações (MONTEIRO, 2003). Essa condição ocorre por meio da narrativa histórica que pode ser definida, segundo Schmidt, et al (2011, p. 95) como “um sistema de operações mentais que define o campo da consciência histórica.” Dando continuidade, de acordo com Aguiar (2014, p. 129) a narrativa histórica pode ser tida “como elemento constitutivo da consciência histórica, tomada como conteúdo as experiências interpretadas para dar forma a caminhos que terão a função de orientar o sujeito no tempo.” Ou ainda para Khoury (2004, p. 123) as narrativas históricas são

como atos interpretativos, como processos constantes de atribuição de significados, como expressões da consciência de cada um sobre a realidade vivida, dialogar com as pessoas supõe apreender os sentidos que cada um dos fatos narrados e das pessoas que narram assume nas problemáticas que estudamos.

Dessa forma, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A lembrança é constituída e desconfigurada pelos materiais que estão no tempo presente disponíveis no conjunto das representações que povoam a consciência no momento atual da lembrança. O amarrar da memória do indivíduo à memória do grupo, vai ocorrer pela presença de estímulos e ações do cotidiano, que através da narrativa carrega dados coletivos que compõem o universo da memória (BOSI, 2003b).

Ao estudar a construção da memória do indivíduo constata-se que depende do seu relacionamento com a família, a igreja, a escola, o trabalho, ou seja, o lugar social em que ocupa nos grupos de convivência e nos grupos peculiares (HALBWACHS, 1990). Fatores que influenciam diretamente a vida atual do sujeito determinando os pontos de vista que são registrados pela memória.

Assim, os indivíduos que são pertencentes a grupos distintos, que ainda estão conquistando seu espaço enquanto sociedade, devem resgatar a memória das lutas enfrentadas pelo grupo ao longo do tempo, rompendo com os paradigmas tradicionais expressos sobre a história do lugar para possibilitar novos olhares com a intenção de construir sua consciência histórica. Um exemplo dessa formação pode ser observado no Movimento dos Sem-Terra (MST), pois alguns avanços, como a conquista de terras e a formação de assentamentos, continuam sendo obtidos, indicando o interesse em continuar esta luta e uma forma de dar sentido ao passado partindo do lugar social em que o indivíduo cria sua identidade. Por isso, é necessário que os integrantes desenvolvam um raciocínio crítico em prol da luta pela terra, proporcionando a construção de sua identidade de assentados, sendo capazes de reivindicar soluções para seus problemas, almejando melhores condições de subsistência. Fatores que se tornam possíveis quando os novos integrantes compreendem e apoiam as causas defendidas pelo Movimento dos Sem-Terra (MST).

Estrutura como a familiar, a saúde e as condições econômicas interferem socialmente no processo de desenvolvimento cognitivo do sujeito, pois força o indivíduo a resolver problemas e se reequilibrar dentro do grupo no qual está inserido (BITTENCOURT, 2011). Pontos que podem ser observados no exemplo citado, quando levam os moradores do assentamento a perceberem sua ligação com o grupo e a reconhecerem que a causa ainda não está ganha, devendo lutar em conjunto pela aquisição de seus direitos, se colocando na posição de dependentes das conquistas adquiridas por todos.

Assim, se constata que o resgate da memória individual ou coletiva de um determinado grupo social contribui para a formação da consciência histórica do sujeito para que se construa uma identidade social, em que possa se reconhecer no tempo e no espaço, tornando-se capaz de lutar por seus direitos e bens comuns para a sociedade. Fatores que necessitam da compreensão de temas como: a questão agrária e o surgimento do Movimento dos Sem-Terra (MST). Pontos que serão aprofundados no item a seguir.

2.2 A questão agrária e o surgimento do Movimento dos Sem-Terra (MST)

Mediante esse esboço sobre o uso da história oral como metodologia adequada para resgatar da memória do indivíduo no item anterior, também se faz primordial registrar o surgimento do Movimento dos Sem-Terra (MST), pois constata-se que todos os países considerados desenvolvidos atualmente fizeram reforma agrária.

Em geral, as iniciativas desses movimentos são tomadas pelas classes dominantes industriais, assim, percebem que a distribuição das terras garante renda aos camponeses pobres, transformando-os em consumidores de seus produtos. As primeiras reformas agrárias aconteceram nos Estados Unidos, a partir de 1862, e depois em toda a Europa Ocidental, até a 1ª Guerra Mundial. No período entre guerras, foram realizadas reformas agrárias em todos os países da Europa Oriental. Depois da 2ª Guerra Mundial Coreia, Japão e as Filipinas também passaram por processos de democratização do acesso à terra. Ao final do processo foram registrados grandes avanços na economia e desenvolvimento desses países, tendo em vista que a reforma agrária ocorreu por meio de muita luta pela distribuição de terra, renda e trabalho a quem precisava. Exemplo desse avanço pode ser observado nos Estados Unidos, que ao final do século XIX, possuía uma economia similar à do Brasil e com muita luta camponesa, atualmente corresponde a uma grande potência mundial (FILIPPI, 2006).

A reforma agrária pode ser definida, conforme o art. 1º do Estatuto da Terra, como “o conjunto de medidas que visem promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e o aumento da produtividade” (BRASIL, 1964, p. 1). No art. 16º determina como objetivo “estabelecer um sistema de relações entre o homem, a justiça social, o progresso, o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio” (BRASIL, 1964, p. 6).

O objetivo da reforma era desapropriar terras improdutivas de forma pacífica (por meio de indenização) e dividi-las para os assentados. No entanto, a desapropriação é um meio difícil, uma vez que existem questões políticas dificultando o processo, exigindo a luta armada para que ocorra a distribuição igualitária das terras. Esse empecilho, que admite uma situação contraditória de dominação e desenvolvimento do Capitalismo no meio rural, foi e continua sendo responsável pelo surgimento de vários movimentos sociais de resistência popular no campo, tais como: Canudos, Contestado, as Lutas de Trombas e Formoso, o MST, dentre outros (STÉDILE, 1994).

Os conflitos agrários no Brasil existem desde a colonização, se configurando entre portugueses e indígenas, mas se intensificaram com a promulgação da Lei de Terras de 1850. Essa lei ao estabelecer a compra e venda como forma padrão de aquisição da propriedade, limitou fortemente o acesso à terra, sobretudo, para a classe de menor de capital.

Outro marco na luta pela terra no Brasil foi a Marcha para o Oeste promovida pelo governo de Getúlio Vargas (1930-1945) que visava a melhoria das condições de vida do trabalhador através da luta para a permanência na terra, como afirma Carter (2010, p. 116) “No

que se refere ao acesso à terra, a política do governo getulista configurou-se na Marcha para o Oeste, que se voltava para o estímulo à permanência dos trabalhadores no campo e à ocupação de áreas novas de forma a disseminar a pequena propriedade e a organização corporativa.”

Este movimento proporcionou a criação de colônias agrícolas em Goiás, Paraná, Mato Grosso e Pará. Mas, não atendeu de forma satisfatória a toda população local que detinha a posse da terra. Ponto que gerou conflitos como o de Trompas e Formoso, como ressalta Carter (2010, p. 119)

No caso dos posseiros, a produção de reivindicações passava pela leitura do acesso à terra como um direito, forjado pelo trabalho contumaz, por investimento no desbravamento do solo, em oposição ao oportunismo e pela ausência de interesse produtivo dos grileiros e latifundiários. Desses conflitos, um dos mais significativos foi o que ocorreu em Formoso, Goiás, onde, desde o início da década de 1950, os posseiros, bastante organizados, conseguiram controlar um vasto território e impor seu reconhecimento ao governo estadual.

Os trabalhadores do campo passaram a reivindicar seus direitos pela posse da terra, sendo mediado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) que se envolveu ativamente com a causa, junto com a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). Promoveram vários encontros e congressos para disseminar seu discurso e angariar adeptos dos grupos sociais que em alguns momentos se identificaram com o lado dos trabalhadores e em outros com o dos proprietários (CARTER, 2010).

Com o golpe militar de 1964 a luta pela terra foi violentamente reprimida, sob pretexto da ameaça comunista. No mesmo ano foi aprovado o Estatuto da Terra como medida para conter as manifestações do campo e manter a questão agrária sob controle como descreve Morissawa (2001, p. 100)

O ‘Estatuto da Terra’ acabou por favorecer os latifundiários: Escancarou-se, então, como um instrumento estratégico para controlar as lutas sociais e desarticular os conflitos por terra. As únicas e pouquíssimas desapropriações serviram apenas para diminuir os conflitos ou realizar projetos de colonização.

Porém, na década de 1970, as manifestações populares no campo continuaram a ocorrer com o apoio da Igreja Católica por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Sendo que a CEB’s era composta por

grupos formados por cristãos que, inspirados na leitura comunitária da Bíblia, atuam na realidade de sua vida através da organização de diferentes formas de reivindicação, junto com a promoção de iniciativas de trabalho cooperativo e

a criação de frentes populares que visam conquistar transformações estruturais (CARTER, 2010, p. 141).

Trata-se de um trabalho de base onde os religiosos pertencentes a uma paróquia da comunidade promovem visitas, reuniões e participações nas celebrações. Trata-se de reuniões voltadas para organização e conscientização dos trabalhadores do campo que se articulou juntamente com a ação da CPT. Criada em 1975, para dar andamento ao processo da reforma agrária no Brasil. Sua finalidade era assessorar os sem terras e os trabalhadores rurais, para que se cumpra o Estatuto da Terra (MEDEIROS, 2017).

Esse trabalho da CPT tinha como base a Teoria da Libertação

Corrente pastoral das Igrejas cristãs que aglutina agentes de pastoral, padres e bispos progressistas que desenvolvem uma prática voltada para a realidade social. Essa corrente ficou conhecida assim porque, do ponto de vista teórico, procurou aproveitar os ensinamentos sociais da Igreja a partir do Concílio Vaticano II. Ao mesmo tempo, incorporou metodologias analíticas da realidade desenvolvida pelo Marxismo (STEDILE, FERNANDES, 2012, p. 22).

A CPT se transformou em um importante veículo de combate à violência no campo, promovendo a necessidade de reorganizar a luta camponesa contra o proprietário de terras. Dentro desse contexto, tem-se início o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) que, de acordo com Fernandes (1994), obteve suas primeiras ocupações, entre os anos 1978 e 1985, durante o período da Ditadura Militar. Devido quantidade de pessoas inconformadas com a nova política de desenvolvimento agropecuário. Assim, o MST foi criado oficialmente, segundo Caldarti (2001, p. 207) “no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná.” Sua atuação, de acordo com Coletti (2005, p. 74) tem “como objetivos fundamentais conquistar a terra e a reforma agrária, e utilizando-se das ocupações e dos acampamentos como principais instrumentos de luta e de pressão política.” Um movimento que visa redistribuir terras improdutivas a quem precisa e tem interesse em produzir.

Em 1985, após instaurada a “Nova República”, o MST expandiu-se, atribuindo um caráter político ao movimento quando associa a luta pela terra e a reforma agrária a uma luta contra os proprietários, fazendeiros e grileiros de terras. Esta ação serviu para inserir o MST na luta de classes, onde o movimento passa a ser “Uma base social disposta a lutar, que não aceita nem a colonização nem a ida para a cidade como solução para seus problemas. Quer permanecer no campo e, sobretudo, na região onde vive” (STEDILE, 2012, p. 19).

Neste mesmo ano, o governo José Sarney aprova o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que tinha por objetivo dar aplicação rápida ao Estatuto da Terra e viabilizar a Reforma Agrária até o fim do mandato do presidente, assentando 1,4 milhões de famílias (VEIGA, 1994).

A Reforma Agrária proporcionou um desenvolvimento nas mais diversas áreas sociais, como se observa:

A Reforma Agrária emerge dessa análise sob múltiplas dimensões, no momento atual da vida brasileira. Ela se destaca, em primeiro lugar, por seu impacto positivo sobre o emprego, a renda, a produção e oferta de alimentos, a desnutrição, as migrações, a questão urbana e, sobretudo, deve ser medida pelos custos sociais resultantes de seu adiamento ou não realização. (BRASIL, 1985)

Este projeto enfrentou forte oposição, na década de 1980, de grupos como pecuaristas, produtores de soja e cana de açúcar que se uniram formando a União Democrática Ruralista (UDR) para defender o uso da terra ou seu arrendamento priorizando a produção em larga escala das corporações existentes. Fator que contribuiu para aumentar os conflitos agrários, entre os anos de 1986 e 1987, havendo mais de 200 mortes de trabalhadores do campo. Tendo, ao final da década, assentado pouco mais de 140.000 (cento e quarenta mil) famílias de agricultores (LIMA JUNIOR et al, 2020).

Com a Constituição de 1988 os movimentos sociais tiveram importante conquista no que se refere ao direito à terra: com os artigos 184 e 186. Eles fazem referência à função social da terra e determinam que, quando ela for violada, a terra seja desapropriada para fins de Reforma Agrária. Esse foi também um período em que o MST reafirmou sua autonomia, definiu seus símbolos, bandeira, hino. Assim foram se estruturando os diversos setores dentro do movimento.

A eleição de Fernando Collor de Melo para a presidência da República em 1989 representou um retrocesso na luta pela terra, já que ele era declaradamente contra a Reforma Agrária e tinha proprietários como seus aliados de governo. “Foram tempos de repressão contra os sem-terra, despejos violentos, assassinatos e prisões arbitrárias” (STÉDILE, 1994).

Na década de 1990, ocorre grandes mobilizações nacionais como, por exemplo, o caso do “Grito da Terra” que contou com o apoio do MST, CPT, entre outros. Refere-se as mobilizações que ocorreram para apresentar uma vasta pauta de demandas ao Estado. “Uma forma das entidades sindicais vincularem uma série de medidas consideradas de interesse dos agricultores à força dessas mobilizações. É o caso da criação do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF) em 1994” (CARTER, 2010, p. 131).

Estas mobilizações serviram para o MST continuar debatendo sua organização interna, as ocupações e sobretudo, a expansão do movimento em nível nacional. Bem como para a ampliação do modelo agroexportador em um amplo conjunto de sistemas que passou a ser denominado de agronegócio (FERNANDES, 2008).

Mas, foi durante o governo de Itamar, que o MST teve sua primeira reunião com o presidente. Na ocasião, segundo Morissawa (2001, p. 249-250) “reivindicaram a mudança da presidência do INCRA e apresentaram um documento contendo propostas de medidas emergenciais para a reforma agrária e entre estas os vetos de artigos, incisos e parágrafos da Lei Agrária que estava para ser promulgada.” Em 1993, a Lei Agrária foi sancionada e o presidente Itamar vetou dez dispositivos dentre os quais estava os artigos reivindicados pelo MST. O movimento retorna, de forma lenta, suas ações e projetos de assentamentos na luta pela reforma agrária.

As taxas mais significativas em se tratando do processo de ocupações e assentamentos de famílias ocorreu, entre os anos de 1995 e 2002, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, que apesar de não apresentar propostas voltadas para a política agrária, conseguiu assentar, 1.219.690 (um milhão, duzentos e dezenove mil e seiscentos e noventa) famílias de trabalhadores rurais sem-terra (LIMA JUNIOR et al, 2020).

As duas gestões foram marcadas por políticas de reforma agrárias diferentes. A primeira gestão contou com a ampliação dos assentamentos através da desapropriação de terras, na tentativa de sanar a questão agrária dentro do país. Essa política não obteve muitos resultados, agravando a situação (FERNANDES, 2008). Por isso, no segundo mandato utilizou uma política oposta, criminalizou as ocupações de terra e editou a Medida Provisória 2.027-38/2000 que buscou, segundo Lima Junior, et al (2020, p. 7) “o impedimento de vistoria e desapropriações de propriedades rurais ocupadas.” Medidas que atingiu, principalmente, as ações do MST, gerando a diminuição considerável no número de famílias assentadas.

Ainda, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, ocorreu no estado do Pará o massacre de Eldorado dos Carajás, como descreve MST (1999, p. 1)

O dia 17 de abril de 1996 protagonizou o massacre de Eldorado dos Carajás. Nesse dia, 1.500 sem-terra, que estavam acampados na região de Eldorado dos Carajás, organizaram uma marcha em protesto pela demora de desapropriações de terras no estado do Pará, e obstruíram a rodovia PA-150,

que liga o município de Belém ao Sul do estado. Aproximadamente, 155 policiais foram ordenados pelo governador Almir Gabriel (PSDB) e pelo secretário de segurança do estado, Paulo Sette Câmara, a retirarem os sem-terra da rodovia. Chegando ao local, os policiais partiram para o enfrentamento utilizando bombas de gás lacrimogêneo e os sem-terra revidaram com paus e pedras. Em seguida, a polícia abriu fogo contra os sem-terra e a tragédia estava anunciada: 19 trabalhadores rurais mortos, centenas de feridos e 69 trabalhadores mutilados.

Este episódio que ficou conhecido internacionalmente e marcou a luta pelo direito à terra no Brasil. Ponto que pressionou o governo para colocar a questão da Reforma Agrária em pauta. Havendo em 1996, a criação do Gabinete Extraordinário de Política Fundiária, que posteriormente se transformou em Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), instituição criada exclusivamente para lidar com as questões que estão ligadas a terra.

Já em 1997, o MST organizou a histórica “Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária” com destino a Brasília, com data de chegada em 17 de abril, um ano após o massacre de Eldorado dos Carajás.

No início dos anos 2000, após completar 16 anos de existência, o MST contabiliza um número aproximado de 250 mil famílias assentadas e de 70 mil famílias acampadas em todo o Brasil. Diante de um total de 4,5 milhões de famílias que estão à espera de uma terra (CALDART, 2001). Esses dados compõem o histórico das ocupações de terra no Brasil, demonstrando que o país, a cada ano, está caminhando em direção a reforma agrária.

Com apoio do MST Lula foi eleito, em 2003, prometendo grande implementação da reforma agrária. No seu primeiro ano de governo, houve a elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), por membros do MST e especialistas da área. Este plano previa, de acordo com Santos (2011, p. 2) “democratizar o acesso à terra e fortalecer expressivamente a agricultura familiar e camponesa, nas bases do desenvolvimento territorial sustentável, em um modelo agrícola que contemplasse as especificidades e demandas de cada região.”

Porém, repetindo os acontecimentos do I PNRA na década de 80, este plano encontra oposição dos proprietários, agora sob o viés do agronegócio que “defende o acesso à terra sob o seu controle, ou seja, sem luta de classes e sem conflitos.” (FERNANDES, 2008, p. 5-6). Trata-se de uma tentativa dos proprietários suprimirem os trabalhadores, como observa Fernandes (2003, p. 3) “nessa nova conjuntura política, os ruralistas [proprietários] também criaram a tática de transferir a questão agrária do território da política, do campo dos direitos dos trabalhadores, para o território do mercado e do capital, onde os trabalhadores são plenamente subalternos.” Essa mudança causa um embate de forças, onde os proprietários acabam por suprimir os trabalhadores, impedindo a realização da reforma agrária.

Apesar desses embates, o primeiro mandato do presidente Lula pode ser considerado o período de maior ocupação do território rural, tanto por número de famílias como por hectares de terra, perdendo apenas pelo número de assentamentos levantados (DATALUTA, 2008).

Com isso, pode se observar que o governo Lula sempre procurou o diálogo com o MST, para atender suas necessidades de reforma agrária. Sem deixar de lado os proprietários e o seu modelo de agronegócio com quem firmou fortes alianças políticas. A forma que encontrou para demonstrar seu apoio foi deixando de desapropriar terras que são interessantes para o agronegócio. Apesar de haver terras, claramente griladas, pelos trabalhadores (LIMA JUNIOR et al, 2020).

Apenas como forma de mostrar serviço ao MST o governo Lula “investiu muito mais na regularização fundiária de terras de camponeses na Amazônia do que na desapropriação de novas terras para a criação de novos assentamentos de reforma agrária” (FERNANDES, 2008, p. 9). Com a opção do governo por fazer a reforma agrária através da regularização fundiária, aumentou consideravelmente o tempo no qual as famílias permaneciam acampadas. Causando problema para movimentos camponeses como o MST, que no período entre 2000 e 2007, era responsável por 63% das famílias em ocupações. Portanto, de um total de 583 mil famílias que ocupavam terras no Brasil, o MST abrigava 373 mil. Assim, no ano de 2007, eram por volta de 70 mil famílias que ocupavam terras no Brasil, sendo que apenas 45 mil famílias foram abrigadas pelo MST (DATALUTA, 2008).

Dessa forma, sem conquistas consideráveis muitas famílias deixam os assentamentos e conseqüentemente a luta pela terra. Ponto que faz o movimento perder força. O segundo mandato do governo Lula não foi diferente, permanecendo a mesma política de reforma agrária, na qual o governo faz vista grossa em relação as desapropriações de terras do agronegócio, utilizando o mecanismo da regularização para obtenção de terra para os assentados, diminuindo cada vez mais a quantidade de assentados. De acordo com dados do DATALUTA (2010), mais de 50% das áreas desapropriadas encontram-se na região Nordeste. Havendo altas taxas de compras de terra nas regiões Centro-oeste e Nordeste.

Sob o comando de Dilma Rousseff, houve uma diminuição drástica no número de terras destinadas aos assentamentos, o que ocasionou diversas críticas por parte do MST. Assim, como forma de comparação, no primeiro mandato do Lula houve 381,4 mil famílias assentadas, no seu segundo mandato foram 232,6 mil famílias. Seguindo, no mandato de Dilma Rousseff, entre os anos de 2011 e 2015, houve apenas 133,6 mil famílias assentadas, conforme dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (LIMA JUNIOR et al, 2020).

Em 2015, foi ainda tão irrisório que não ocorreu nem a contabilização dos dados de desapropriação de terras para a reforma agrária. A justificativa dada por Alexandre Conceição, um dos coordenadores nacionais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), foi a política de ajuste fiscal, que cortou os recursos destinados a reforma agrária e o fortalecimento do agronegócio. Pontos que provocaram enfraquecendo o movimento agrário (LIMA JUNIOR et al, 2020).

A única ação dentro deste governo ocorreu em 2016, como menciona Lima Junior, et al (2020, p. 10) quando “Dilma Rousseff assinou 21 decretos de desapropriação, além de quatro decretos de territórios quilombolas. Esses decretos vieram um mês antes da abertura do processo de impeachment da presidente.” Fato que serviu apenas como uma tentativa de aproximação com o movimento social para melhorar sua situação, mas não resolveu.

As ações no governo de Michel Temer, continuaram a cair, chegando a números nunca visto antes em se tratando da quantidade de famílias assentadas. Havendo no ano de 2016, apenas 1.686 famílias assentadas e em 2017, 1.205 famílias que foram assentadas, sendo o menor número já registrado pelo INCRA² desde sua criação em 1995 (LIMA JUNIOR et al, 2020).

Entretanto, em 2018, aconteceu um leve aumento nos números de famílias assentadas, passando de 1.205 para 8.872. Quantidade irrisória se comparado aos governos anteriores. Com o início do governo de Jair Bolsonaro, em 2019, a reforma agrária contou com a criação de 3 ocupações, mas nenhuma família foi assentada e nenhuma propriedade foi desapropriada para a reforma agrária. Momentos de maior retração da reforma agrária que não se via desde 1985 (DATALUTA, 2020).

Alguns avanços, como a conquista de terras e formação de assentamentos, continuam sendo obtidos pelo MST, indicando o interesse em continuar esta luta. Um deste assentamentos é localizado na região sudeste do estado de Goiás, na cidade de Ipameri, foi nomeado assentamento Olga Benário e se caracteriza como objeto deste estudo.

² INCRA: Órgão responsável pela execução dos assentamentos (DUARTE, 1999).

3. CAPÍTULO 2 – Assentamento Olga Benário no sudeste goiano: trajetória de luta e esperança de um povo

Diante do exposto sobre a trajetória do Movimento dos Sem-Terra (MST) no âmbito nacional, verificou-se a necessidade de descrever a luta pela terra dentro do estado de Goiás, em específico no Assentamento Olga Benário, objeto de estudo desta pesquisa. Para tal buscou-se acompanhar os movimentos ocorridos no estado em prol da aquisição da tão sonhada posse da terra. Considerando que este processo demora alguns anos para se concretizar e em alguns casos não ocorre de forma pacífica. Havendo ocupação de terra, formação de acampamentos em locais estratégicos e conflitos armados entre os Sem-Terra, fazendeiros e as autoridades do governo. Pontos que contribuem para pressionar a liberação do título de posse da terra para as famílias acampadas.

O Assentamento Olga Benário localizado no município de Ipameri-GO, está entre as sete ocupações que se formaram no sudeste goiano, sendo o que possui maior número de famílias assentadas. O referido local foi eleito para estudo por possuir crianças matriculadas nas escolas do município, fator que instiga a conhecer a trajetória de luta desse grupo de homens e mulheres que ocupam, trabalham e produzem em condições diferenciadas das outras famílias. Pontos que serão aprofundados ao longo deste capítulo.

3.1 A luta pela terra em Goiás

No território goiano foi marcado por um período aurífero, que proporcionou grande circulação de pessoas em torno das jazidas. Com o declínio da mineração, no final do século XVIII, houve uma redução nas migrações regionais e a população voltou-se para o desenvolvimento da agropecuária, através da pecuária extensiva e da pequena produção agrícola, como descreve Palacin, Moraes (2008, p. 67) “Com a decadência ou desaparecimento do ouro, o governo português, que antes procurava canalizar toda a mão de obra da capitania para as minas, passou, através de suas autoridades, a incentivar e a promover a agricultura em Goiás”

No início do século XIX, o proprietário de terras, mais conhecido como coronel³, adquire poder simbólico e começa a fazer parte do cenário político, econômico e social da

³ De acordo com Silva (2017, p. 5) “Os grandes e ricos fazendeiros donos de grandes extensões de terras eram chamados de coronéis.”

região, exercendo grande influência na vida das demais pessoas que não tinham grandes posses. Essa forma de oligarquia permaneceu em Goiás por longos anos.

Neste período, os conflitos entre proprietários e trabalhadores eram menores, pois existiam muitas terras “sem dono” propícias para serem desbravadas. Uma oportunidade para os trabalhadores que estavam insatisfeitos com as condições de trabalho poderem encontrar seu espaço, através da posse de terras.

Mas, com a promulgação da Lei de Terras, em 1850, o custo para a legalização da terra ficou muito alto, o que restringiu a posse nas mãos de poucas pessoas. Fator que aumentou o conflito entre as classes e a expulsão dos trabalhadores que estavam ocupando as terras, como afirma Ferreira, Mendes (2009, p. 15)

A política de terras em Goiás beneficiou a classe latifundiária [proprietários] que, em sua maioria, havia obtido suas terras ilegalmente. A venda de terras, efetivada a partir do maior lance, prejudicou aqueles que já cultivavam a terra – os chamados ocupantes. Nesse sentido, as práticas advindas da Lei de Terras, também, impediram o acesso legal de terras para os pequenos produtores, em geral o morador e o agregado [trabalhadores].

A terra passou a assumir caráter mercantil, necessitando de um contrato de compra e venda para sua aquisição, que recebe o nome de Título de Propriedade. Pontos que intensificaram as ações dos grileiros⁴ e fizeram com que os proprietários recorressem a estrutura do Estado para legalizar seus atos, se beneficiando do poder que possuíam (ESTEVAM, 1997).

Com as mudanças no poder político oriundos da transferência da capital para Goiânia, em 1930, a nova oligarquia abre oportunidade para ocorrer um processo de modernização na economia. Os investimentos do capital mercantil se voltam para os grandes produtores agrícolas, em detrimento do pequeno produtor (trabalhadores), que tiveram seu lucro comprometido na tentativa de acompanhar o novo sistema emergente. Porém, manteve a estrutura fundiária intocada, ou seja, os títulos de propriedade permanecem nas mãos de poucos – em sua maioria grandes proprietários. Fatores que incentivaram a organização de diversos confrontos no campo, como aponta Estevam (1997, p. 92)

⁴ Trata-se de pessoas subordinadas aos fazendeiros que utilizavam medidas, muitas vezes ilícitas, para se fixarem em determinado território (MARTINS, 1996).

Como agravante, a valorização de terras ocupadas deu origem a vários conflitos envolvendo colonos, posseiros, grileiros e fazendeiros na região. O movimento ganhou fôlego espalhando-se por grande parte do território goiano no início da década de 1950 dando lugar a vários confrontos. Alguns ganharam notoriedade nacional, como o de Trombas – no médio-norte goiano – onde embora os posseiros ostentassem títulos fornecidos pelo governo sofreram diversas tentativas de expulsão.

Assim, em 1948, ocorre a construção da rodovia transbrasiliana, mais conhecida como Belém-Brasília ou BR 153, como medida do governo federal e estadual para promover a ocupação do norte do território goiano. Uma ação que trouxe valorização rápida para as terras a seu redor, em específico nos municípios de Ceres e Uruaçu, que contaram com grande migração de pessoas. A esse respeito, Morissawa (2001, p. 89), menciona que

Trabalhadores ruais provenientes do Maranhão e do Piauí chegaram a Uruaçu, liderados por José Porfírio, e estabeleceram posses numa área de terras devolutas. Mas essas mesmas terras começaram a ser griladas, ao mesmo tempo, por um grupo de fazendeiros, um juiz e o dono do cartório local.

Fatores que fomentaram atos de resistência por parte dos trabalhadores contra a expulsão das terras empossadas, intensificando a ocorrência de alguns movimentos camponeses no território goiano como: o realizado na região de Trombas e Formoso (povoados pertencentes, na época, ao município de Uruaçu), entre os anos de 1950 a 1957. Foi um dos maiores conflitos agrários de Goiás, obtendo repercussão nacional.

Esse movimento teve início com um confronto armado que envolveu cerca de 100 posseiros (trabalhadores), que reagiram as incursões repressivas realizadas pelos proprietários da região, como destaca Moraes (2002, p. 16-17)

O território livre de Formoso foi uma área de quase dez mil quilômetros quadrados em Goiás. Os posseiros [trabalhadores] dali, sob a liderança do camponês José Porfírio, resistiram aos latifundiários [proprietários]. Em choques armados contra estes e contra as forças policiais que apoiavam os latifundiários, os camponeses de José Porfírio saíram vitoriosos, proclamando território livre a área localizada entre o rio Tocantins e seu afluente, o rio Formoso. Além disso, elegeram as autoridades da área (prefeitos, vereadores e juizes) e se negaram a pagar tributos a Goiás. Sob a orientação do Partido Comunista, os camponeses [trabalhadores] organizaram-se em comitês políticos e ligas armadas. Durante vários anos sustentaram esta situação, até que, anos mais tarde, o Governador do Estado, coronel Mauro Borges, expropriou a terra e a distribuiu em parcelas, liquidando assim o litígio e a organização armada camponesa.

Muitas atrocidades foram cometidas contra as roças e as famílias dos trabalhadores envolvidos neste conflito. Dentre os quais pode-se citar o episódio ocorrido com José Porfírio

quando arrancaram sua mulher e seu filho recém-nascido de casa e queimaram sua casa. Um momento violento que resultou na morte de sua mulher alguns dias depois (MARTINS, 1995).

A luta pela terra interrompeu a harmonia existente entre proprietários e trabalhadores rurais no estado de Goiás. Abrindo caminho para a inserção da violência e do autoritarismo dos proprietários e do Estado que envia, em 1957, tropas para dispersar a população.

Na ocasião a comissão de trabalhadores parte em busca de apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e em representações da Igreja Católica “Progressista” para continuar sua luta pela terra. Ao todo foram criadas 12 associações no estado de Goiás que receberam o nome de Ligas Camponesas.

A associação dos Lavradores de Formoso, representada por José Porfírio, em 1961, firmou um acordo diplomático com o governador Mauro Borges, como relata Morissawa (2001, p. 89) “O PCB então propôs um acordo: apoiaria a extensão do mandato do governador e depois a candidatura de seu filho à sucessão em Goiás. O governo, por sua vez, tiraria as tropas do local.” Após este acordo os trabalhadores conseguiram finalmente receber o título de posse de suas terras, ficando cada vez mais fortes e unidos na região.

Porém, toda essa agitação e insurgência de movimentos socialistas no campo foi suprimida com a instauração do regime militar no Brasil, como descreve Duarte (1999, p. 43)

Com o golpe militar de 1964, todos os movimentos populares foram sufocados, principalmente as organizações de luta dos camponeses [trabalhadores]. Essa era uma das condições de *segurança e estabilidade* necessárias à atração do capital externo, para o desenvolvimento do capitalismo. Uma das primeiras medidas visando a essa finalidade foi a criação de uma legislação relativa às políticas agrícolas e agrárias, através do Estatuto da Terra e demais leis complementares.

Pontos necessários para a tão sonhada reforma agrária, mas que não saíram do papel durante o regime militar ou em governos posteriores. Isso fez surgir a Guerrilha do Araguaia, sendo considerada por muitos anos uma parte proibida da história do Brasil.

Trata-se de um conflito que ocorreu entre os anos 1972 a 1975, na região conhecida como Bico do Papagaio que fica no extremo norte de Goiás, atualmente estado de Tocantins. Envolveu de um lado, por volta de 100 guerrilheiros, distribuídos entre militantes do Partido Comunista do Brasil e trabalhadores ocupantes de terras na região. Do outro lado estavam cerca de 04 mil homens das forças militares e policiais que se deslocaram para o local com o intuito de acabar com uma suposta base de treinamento de guerrilha que se localizava na área rural (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Esse movimento resultou num massacre, pois as forças armadas tinham ordens do governo de não fazer prisioneiros durante a operação. Reprimindo qualquer luta camponesa que viesse a surgir. Entretanto, o Estado não se preocupou em promover ações de assistência social básica, nas áreas de saúde e educação, para os moradores da região, necessitando que a luta por melhores condições de vida continue.

Assim, a partir da década de 1970, a quantidade de trabalhadores expulsos de suas terras foi menor, pois passaram a resistir e lutar por seus direitos por meio da organização de sindicatos que os representavam juridicamente. Os trabalhadores contavam com a ajuda da Igreja Católica através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975 (DUARTE, 1999).

A luta pela terra se intensifica na década de 80, ocasionando muita violência no campo. Pontos que contribuíram para a chegada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), no estado de Goiás, que segundo Oliveira (2001, p. 196) “Nasce como um movimento de massa, de contestação contra o não-cumprimento do Estado da lei da Reforma Agrária.” Esse movimento organiza a luta pela terra através da desapropriação dos proprietários para a criação de assentamentos. Era uma tentativa de fazer cumprir a meta do PNRA para o estado de Goiás, que tinha o intuito de assentar 125.500 famílias, em quatro anos.

O marco de atuação do MST no estado foi a criação do Projeto de Assentamento (PA) Mosquito, em maio de 1985, considerado o primeiro assentamento de Goiás. Esta ação contou com a vontade dos trabalhadores em permanecer na posse através de uma ocupação organizada. Incentivo que moveu, de acordo com Morissawa (2001, p. 190), “[...] um grupo de famílias para realizar sua primeira ocupação. A área escolhida foi à fazenda Mosquito, terra grilada no Município de Goiás.”

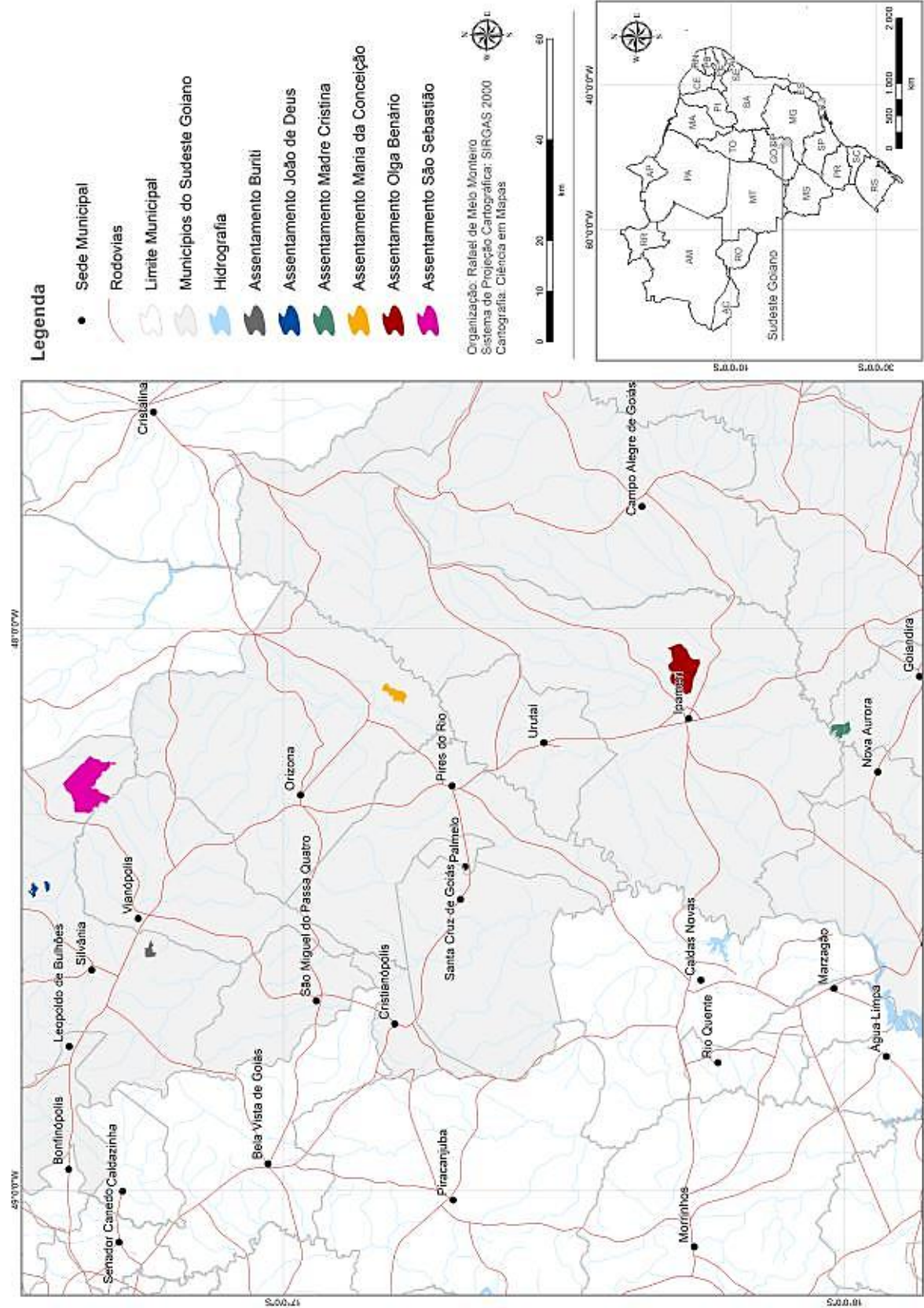
Foram cerca de 60 famílias que participaram da ocupação da terra, resistindo aos constantes ataques dos capangas do proprietário, que queimaram ranchos e plantações construídos pelos trabalhadores. A ocupação contava com o apoio dos sindicatos de Itapuranga e de Itapirapuã, bem como da Diocese de Goiás e da Fetaeg. Em 12 de agosto de 1986, a terra foi desapropriada e as 42 famílias que permaneceram no projeto foram assentadas, além de sete famílias de antigos trabalhadores e mais 35 famílias oriundas de outros lugares (GOSH, 2020).

No sudeste goiano os fazendeiros, liderados por Ronaldo Caiado, criaram a União Democrática Ruralista (UDR), em 1985, que se caracterizava por usar métodos violentos para proteger suas propriedades da invasão dos trabalhadores, que reivindicava a democratização do acesso à terra (FELICIANO, 2006). Fator que contribuiu para reduzir a quantidade de

assentamentos formados na região, que contou com um total de 7 assentamentos, distribuídos para 174 famílias (INCRA, 2017).

A localização desses assentamentos implementados na área rural do sudeste goiano pode ser observada no **Mapa 1** que está disposto logo a baixo.

Mapa 1: Sudeste Goiano – Localização dos assentamentos.



Fonte: MONTEIRO, Rafael de Melo (2021).

Para compreender melhor a estrutura de distribuição desses assentamentos utilizou-se dados fornecidos pelo INCRA/SR-04 sobre a quantidade de famílias dispostas por assentamento no sudeste goiano, em novembro de 2017. Ponto que pode ser verificado na **Tabela 1** a seguir:

Tabela 1: Sudeste Goiano – quantidade de famílias por assentamento.

MUNICÍPIOS	ASSENTAMENTO	FAMÍLIAS
Goiandira	Madre Cristina	17
Ipameri	Ana Ferreira	00
	Olga Benário	77
Orizona	Maria da Conceição	16
Silvânia	Buriti	14
	São Sebastião	33
	João de Deus	17

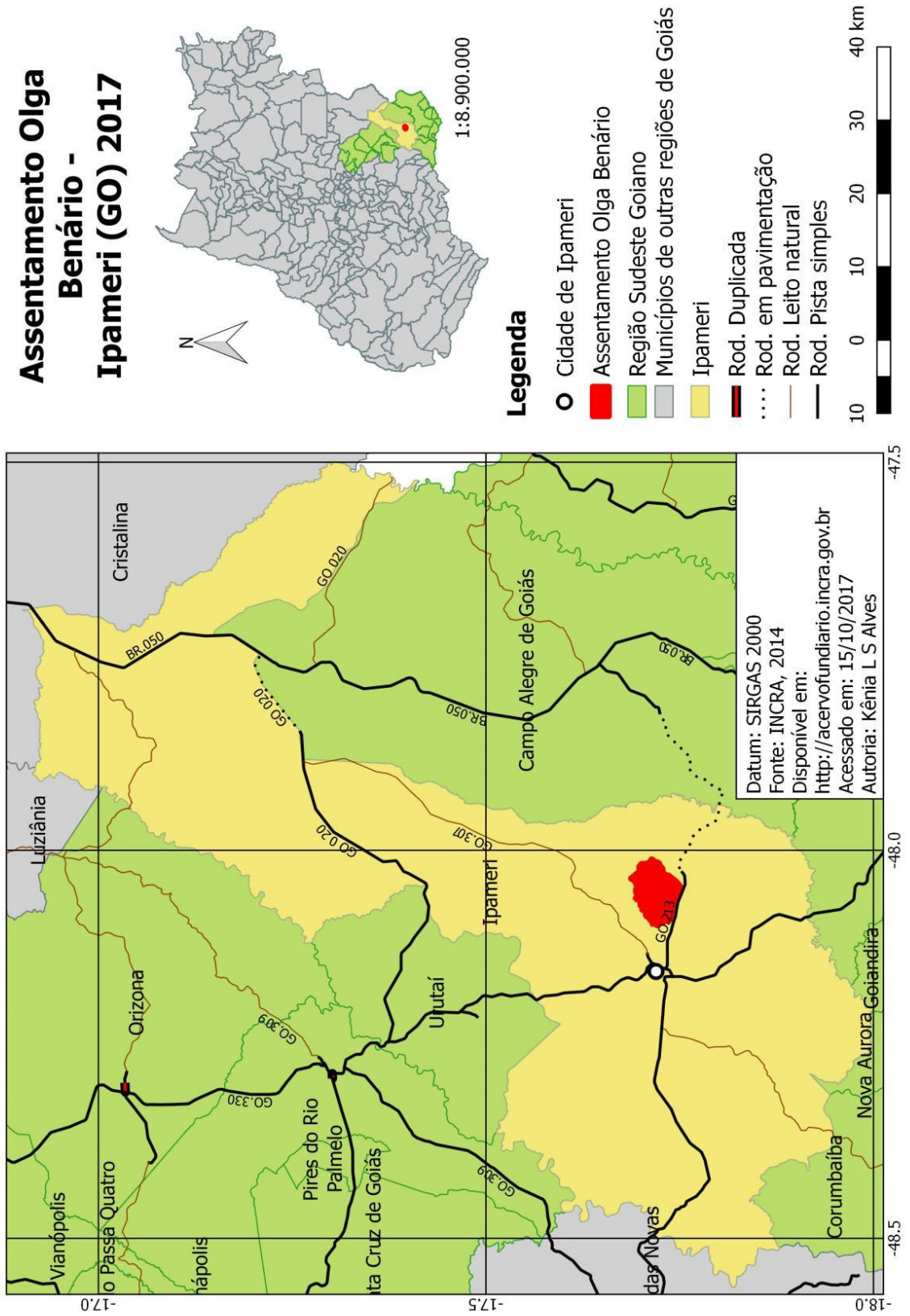
Fonte: INCRA/SR-04 – 2017.

Diante desses dados observa-se que o município de Ipameri-GO tem um assentamento denominado Ana Ferreira, onde 45 famílias enfrentam um longo processo jurídico pela posse da fazenda Buriti/Corumbá Velho, o qual ainda não se concretizou (LIMA, 2016). Além deste existe o assentamento Olga Benário que consta com um total de 77 famílias contabilizadas no ano de 2017, se tornando um grande exemplo de luta e resistência contra a ação dos proprietários da região. Itens que podem ser encontrados na trajetória do assentamento Olga Benário, a qual será detalhada no próximo tópico.

3.2 A construção do Assentamento Olga Benário em Ipameri-GO

O assentamento Olga Benário atualmente ocupa uma área de 4.322 hectares, que pertenciam a Fazenda Ouro Verde/Santa Rosa adquirida pelo INCRA em 2004, no valor de R\$ 8.355.547,27 (ALVES, 2018). O terreno que possibilitou a construção do assentamento pode ser visualizado no **Mapa 2** que mostra sua localização dentro do município de Ipameri-GO.

Mapa 2: Localização do assentamento Olga Benário em Ipameri-GO.



Fonte: ALVES, Kênia Larissa Santos (2018).

A formação do assentamento Olga Benário, em Ipameri-GO, ocorreu por meio de três etapas, sendo o período de acampamento, a fase Pré-Assentamento e o assentamento em definitivo. Pontos determinantes para a conquista do tão sonhado pedaço de terra, amenizando o problema da má distribuição de terra que perdura no estado de Goiás há muito tempo.

Mas, para muitos assentados a luta começa quando saem de casa para montar acampamentos às margens das rodovias, ingressando em ocupações pertencentes ao MST. Trata-se do momento em que passam a fazer parte do movimento (FIRMINO, 2013). Essas famílias trazem consigo muitas experiências sobre a luta pela terra, pois perpassaram por outros acampamentos dentro do estado até conseguir seu próprio espaço, no assentamento Olga Benário, como descreve Alves (2018, p. 82)

antes de acamparem juntos estavam distribuídos em outros acampamentos no estado, o Anita Mantuano também em Ipameri, Antônio Conselheiro em Catalão, Canudos nos municípios de Campestre, Guapó e Palmeiras de Goiás, o Chico Mendes em Niquelândia, Dorcelina Folador em Santa Helena, Dom Hélder em Itaberaí, João do Vale em Caldas Novas, Pequena Vanessa em Piracanjuba e Roseli Nunes em Jussara e em outros três que não tiveram os nomes informados, nos municípios de Goiânia, Itumbiara, Jaupaci e Rio Verde.

Assim, cerca de 84 famílias que estavam vinculadas ao MST, se deslocaram para a terra do que era até o momento, a Fazenda Ouro Verde/Santa Rosa. Montaram seus barracos de lona, às margens da rodovia GO-213, ficando acampados em frente à entrada que dava acesso a sede da fazenda. Esta vida de acampado, conforme Silva (2004, p. 100) “constitui-se em um espaço-tempo intermediário, em uma passagem cujo objetivo é dar visibilidade à luta pela terra e também construir a identidade social de sem-terra por meio da consciência coletiva do pertencimento comum.”

Trata-se de um período de transição para o camponês que se encontrava sobrando na cidade e tenta retornar ao trabalho no campo, a esse respeito, o entrevistado Dias (2021) menciona que “a gente trabalhava na cidade, estudava, meu pai é servidor público aposentado, era aposentado antes da gente ir pro assentamento.” Ou seja, após seu pai se tornar aposentado, os vínculos do entrevistado e seu pai com a cidade terminou e puderam partir em busca de realizar o sonho de ter uma terra. Esse processo ocorre através de seu ingresso no acampamento de sem-terra, onde adquire experiência com a luta pela terra. Saberes que são partilhados com o grupo por meio das recíprocas trocas de conhecimento entre os acampados. Como afirma Vaz (2021), “Eu era funcionária de uma padaria na cidade e comecei a trabalhar com o gado de

leite.” A mudança de atividade ocorreu devido ao seu ingresso no acampamento, proporcionando uma esperança de melhoria na sua condição de vida.

Nesse momento, o indivíduo se desliga da vida cotidiana da cidade e se “encanta” com a vida nos acampamentos, pois é marcada pela igualdade e solidariedade compartilhada entre os companheiros de luta que caminham em prol de um mesmo ideal, a conquista da terra (MARQUES, 2000).

Dessa forma, de acordo com Fernandes (2012, p. 21), os acampamentos podem ser definidos como

um espaço de luta e resistência. É a materialização de uma ação coletiva que torna pública a intencionalidade de reivindicar o direito à terra para produção e moradia. O acampamento é uma manifestação permanente para pressionar os governos na realização da Reforma Agrária. Parte desses espaços de luta e resistência é resultado de ocupações de terra, outra parte, está se organizado para preparar a ocupação da terra. A formação do acampamento é fruto do trabalho de base, quando famílias organizadas em movimentos socioterritoriais se manifestam publicamente com a ocupação de um latifúndio. Com esse ato, as famílias demonstram sua intenção de enfrentar as difíceis condições nos barracos de lona preta, nas beiras das estradas; demonstram também que estão determinadas a mudar os rumos de suas vidas, para a conquista da terra na construção do *território camponês*.

A vida em acampamento abre espaço para a construção da esperança no indivíduo, pois passam a acreditar que somente com a socialização e a participação de todos os envolvidos na luta pela terra é possível a existência de uma vida melhor, digna, como relata Dias (2021)

logo no início do acampamento já é uma coisa muito boa, dá aquela perspectiva, uma esperança de uma vida melhor. Porém, também, é muito difícil morar em barraca de lona, tudo isso não é fácil. Mas, é importante para a gente dar valor no espaço que a gente tem hoje dentro do assentamento. Um espaço que hoje a gente pode dizer que é nosso.

Pode-se perceber nesta fala um sentimento de orgulho que o entrevistado tem pelo tempo em que esteve lutando no acampamento para conseguir seu pedaço de terra. Ponto que as pessoas de fora do movimento não conseguem entender, pois veem essa vida nos acampamentos com um certo preconceito. Acusam os acampados de serem baderneiros e invasores de terra, o que não é verdade. Esse local, como descreve Silva (2004, p. 79) é “um espaço social: isto é, além de estar em um território determinado, as pessoas que ali estão são obrigadas a obedecer a um conjunto de normas sociais legítimas necessárias à vida em grupo. Não se trata de um lugar anônimo, marcado pela ausência de regras de comportamento e conduta social.”

Os acampamentos têm normas e regras que devem ser seguidas por todos seus integrantes para proporcionar o bem estar do grupo, além de terem uma forma própria de organização que serve de exemplo para a sociedade. Essas normas de convivência também podem ser percebidas no período de acampamento do Olga Benário, pois os trabalhadores viveram quase um ano acampados em frente a Fazenda Ouro Verde/Santa Rosa, até receberem autorização do INCRA para adentrar na terra, através da publicação no Diário Oficial da União do decreto de 11 de agosto de 2004 (Anexo 1), que determinou a desapropriação da Fazenda Ouro Verde/Santa Rosa para a construção do Assentamento Olga Benário.

Nesse período, Vaz (2021) menciona que “passamos por várias dificuldades, pois os recursos era muito pouco.” Pontos que levaram muitos integrantes do assentamento a procurar outra forma de renda fora do acampamento para conseguir estabilidade, como relata Dias (33 anos)

nós tivemos que sair no início para trabalhar de boia fria até para conseguir se estabilizar melhor. A gente trabalhava de boia fria é feijão, capina de algodão, dispenduá milho, cata tomate, cebola, batata, a gente fazia de tudo. Eu mesmo trabalhei por quatro anos numa empresa que tem aqui na cidade chamada Caramuru.

Demonstrando que essas pessoas realizavam diferentes trabalhos na região para conseguirem se sustentar enquanto aguardavam a posse da terra. Fato que não ocorreu de forma pacífica, pois os sem-terra sofreram ameaças de morte por parte dos fazendeiros das propriedades vizinhas e até de moradores da cidade, que estavam insatisfeitos com o anúncio da venda da Fazenda Ouro Verde/Santa Rosa para o INCRA. Porém, para evitar um confronto na região, houve a intervenção dos agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que atuaram como mediadores e apaziguadores da situação (ALVES, 2018). Diante disso, Dias (2021) afirma que “o próprio acampamento era um espaço de luta anterior ao assentamento que possibilitou que a gente fosse para o assentamento.” Reconhecendo a importância da luta na fase de acampamento, pois muitos fazendeiros não aceitam entregar as terras para a reforma agrária.

O sem-terra foram orientados a ocuparem as áreas próximas ao Córrego do Retiro localizado na entrada da Fazenda, iniciando a fase de Pré-Assentamento. Neste momento, os trabalhadores continuaram morando em barracos de lona aguardando o desenrolar dos tramites legais para poder ocupar seu pedaço de terra, estavam na condição de “posseiros”.

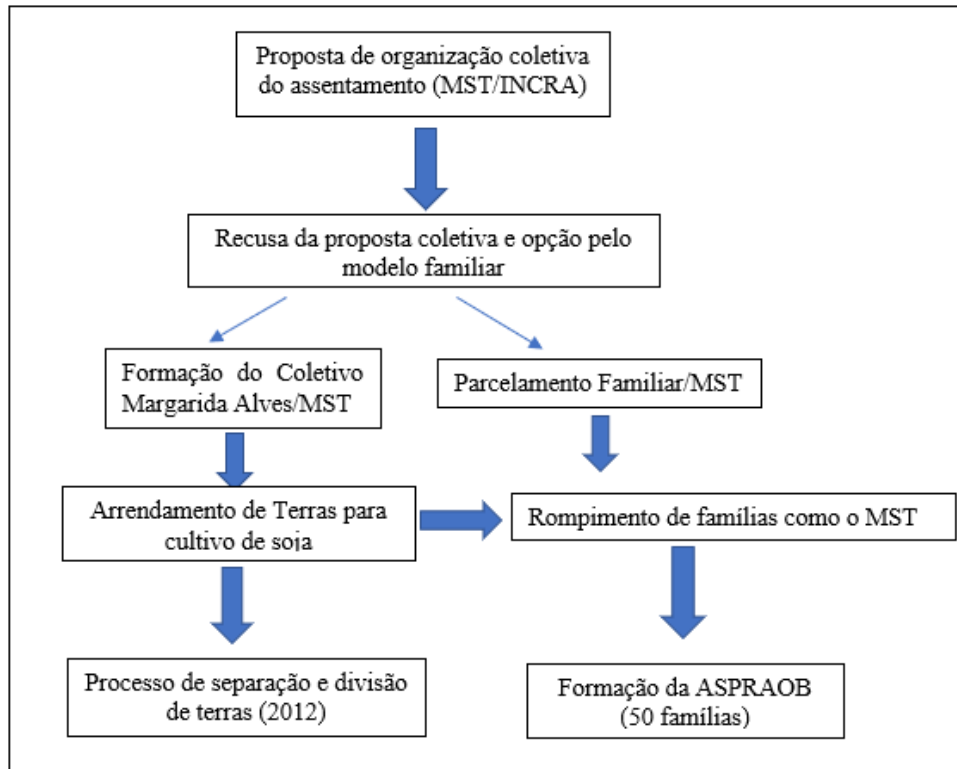
Considerando que na fase de Pré-Assentamento os trabalhadores apenas tomam posse da terra, dando início a “uma nova luta, agora pela consolidação da posse da terra, pela obtenção

de condições econômicas e sociais mais favoráveis ao estabelecimento destes trabalhadores rurais enquanto produtores agrícolas” (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 10).

Pensando nisso, a CPT e o MST se juntaram para dar assistência as famílias que estavam no Pré-Assentamento, para que tenham condições de subsistência na terra. Organizaram a doação de cesta básica para essas famílias, possibilitaram o empréstimo de ferramentas e promoveram cursos direcionados para o cultivo de hortaliças. Fatores que serviram para proporcionar melhores condições de vida as famílias assentadas.

Porém, não amenizaram a existência de tensões entre os Pré-Assentados que estavam preocupados com a distribuição das parcelas de terra pelo MST. Essas famílias estavam de olho no melhor local para o plantio e a criação de animais, pois o INCRA deu autonomia de escolha aos Pré-Assentados, que deveriam dizer qual era sua parcela no prazo de 30 dias. Ponto que gerou muito desentendimento entre as famílias (FIRMINO, 2013). Pode-se constatar que mesmo com a conquista da fazenda, algumas famílias ainda tiveram que lutar por sua parcela de terra. Não havendo ninguém preso por esses desentendimentos, como menciona Dias (2021) “Eu não me recordo de alguém daqui preso, temos várias pessoas que já foram liderança do movimento, mas não sei dizer se alguma delas já foi presa por conta de alguma atividade do movimento.” Podendo perceber que as divergências entre os assentados terminaram de forma pacífica, com todos ocupando suas terras.

Assim, para delimitar a distribuição territorial da área as famílias se reuniram e contrataram agrimensores que juntamente com os técnicos do INCRA estruturaram a divisão dos lotes. Essa organização territorial das parcelas seguiu como exposto no **Esquema 1** a baixo.

Esquema 1: Organização territorial do Assentamento Olga Benário

Fonte: MONTEIRO, Rafael de Melo (2013)

Diante desse esquema pode-se perceber que inicialmente o MST/INCRA propôs uma organização coletiva/semicoletiva do assentamento com áreas comuns de cultivo. Mas essa proposta foi recusada pela maioria das 84 famílias assentadas, que optaram por um modelo familiar, que faz uso da produção individual dentro da sua própria parcela. Apenas seis famílias aceitaram, formando o Coletivo Margarida Alves, vinculado ao MST. Faziam parte desse grupo a liderança local do MST e três famílias com grau de parentesco e outras duas famílias que se identificaram com o sistema. Em uma parcela construíram suas casas montando a agrovila, as demais parcelas, cerca de 139 hectares, foram destinadas a produção coletiva. Cada família tinha direito de ter 2 hectares ao redor de suas casas, voltados para o consumo individual (MONTEIRO; PESSOA, 2014).

As famílias ficaram cerca de um ano no Pré-assentamento até ser emitido do título de posse da terra, que ocorreu em 22 de julho de 2005 e a criação do assentamento definitivo em 09 de agosto de 2005. Na ocasião houve muita agitação e comemoração por parte dos assentados, momento no qual o antigo dono da terra doou uma cabeça de gado para realizar um churrasco que reuniu por volta de duzentas pessoas (ALVES, 2018).

Depois de estruturado as parcelas as famílias são autorizadas a tomar posse do seu lote, passando a terceira etapa, do assentamento definitivo, como afirma Marques (2000, p. 119)

A terceira fase do processo ritual, ou fase de incorporação, começa com a entrada das famílias em seus lotes e abrange todo o período de assentamento. Ao serem assentados, os sem-terra não se tornam donos definitivos da terra, o INCRA apenas transfere para eles a posse da parcela por meio do contrato de assentamento. Nesta condição, eles se veem como “posseiros”. A aquisição do status de proprietário rural só ocorre de fato com o desfecho definitivo do processo, ou seja, quando eles recebem o título da terra e são emancipados do INCRA.

Etapa que ocorreu em fevereiro de 2007, proporcionando maior segurança para as famílias assentadas. Entretanto, com a luta pela terra resolvida, surge outro problema entre os assentados do Coletivo Margarida Alves, que tinha um sistema de trabalho coletivo, onde todas as famílias plantavam e colhiam juntas. Isso dependia do empenho e dedicação de todos os trabalhadores envolvidos, o que não deu certo, pois os interesses particulares das famílias começaram a sobressair em detrimento dos interesses do coletivo.

Como alternativa para solucionar as discussões e obter renda as famílias do Coletivo Margarida Alves arrendaram sua área destinada ao plantio coletivo para produção de soja. Fator que gerou o descontentamento de muitas famílias assentadas com os dirigentes do movimento na localidade provocando seu desligamento, pois até o ano de 2008 todas as 84 famílias estavam vinculadas ao MST (MONTEIRO; PESSOA, 2014).

Nesse momento, em 2012, ocorreu a extinção do Coletivo Margarida Alves e a divisão das parcelas para as famílias correspondentes.

O desligamento dessas famílias com o MST acarretou no corte dos recursos para implementação de políticas públicas no assentamento. Aumentando ainda mais a dificuldade das famílias para se manter na terra. Posteriormente, houve a formação da Associação de Produtores do Assentamento Olga Benário (ASPROAB) com cerca de 50 famílias integrantes, para tentar recuperar os prejuízos obtidos com a produção agropecuária. Na qual, a Vaz (2021) faz parte continuando a lidar com a terra, plantando e tirando leite das vacas até a atualidade. Bem como, Dias (2021) que continua trabalhando com a terra atualmente, pois relata que “faço feira, a gente produz hortaliça, mandioca, tem um pouco de gado e faz queijo, vende na feira, temos porcos, galinha, ovos, carne essas coisas a gente faz e vende a maioria disso. Mas, carne é para o próprio consumo, o excedente que a gente vende, comercializa.” Dando para perceber que também mudou de vida demonstrando orgulho por sua produção agropecuária.

Entretanto, apesar de Dias (2021) ser o representante regional do MST, não ocupa nenhum cargo na organização do assentamento Olga Benário. Participando apenas das reuniões, como ele mesmo descreve

a maioria das famílias participa das reuniões, são vários grupos que tem não é só um grupo, então pode-se dizer que são quase todos que participam de alguma atividade de algum desses grupos, atividade de organização do ponto de vista da produção, do ponto de vista político do assentamento, é possível dizer que a grande maioria participa.

Observando que as reuniões atualmente ocorrem para tratar tanto da organização política do assentamento, como da produção das famílias assentadas. A esse respeito, Vaz (2021) afirma que “Hoje vivemos melhor, pois conseguimos apoio e recursos através do INCRA”. Apresentando um sentimento de que sua luta dentro do assentamento obteve o resultado esperado, bem como para várias famílias que continuam cultivando seu tão sonhado pedaço de terra.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO (UFCAT) em implantação
INSTITUTO DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (MESTRADO PROFISSIONAL)

SIMONE CRISTINA MARQUES

**OFICINAS PEDAGÓGICAS RELACIONADAS AO ASSENTAMENTO OLGA
BENÁRIO**

Produto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado Profissional – PPGH-MP, do Instituto de História e Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás (UFG)/ Universidade Federal de Catalão (UFCAT) em implantação, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História, Cultura e Formação de Professores. Linha de Pesquisa II: História, Sociedade e Práticas Educativas

Orientador: Dr. Paulo César Inácio

CATALÃO/GO
2022

4. Oficinas pedagógicas relacionadas ao assentamento Olga Benário

Eu conheço esse lugar???
Que lugar é esse que faz parte do
município onde moro?

Figura 2 – Assentamento Olga Benário 09/04/2010



Fonte: <http://projetoagroecologiaufg.blogspot.com/2010/04/atividades-modulo-iii-visita-ao.html>

Figura 3 – Entrada do Coletivo Margarida Alves



Fonte: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/2357/2318>

Figura 4 – Entrada da Associação dos pequenos produtores do assentamento Olga Benário (ASPRAOB)



Fonte: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/2357/2318>

Figura 5 – Entrada 5 da Associação dos pequenos produtores do assentamento Olga Benário (ASPROAB)



Fonte: Simone Cristina Marques (2022)

Apresentação:

“A narração da própria vida é o testemunho mais eloquente dos modos que a pessoa tem de lembrar”.

Ecléa Bosi.

“Tem 13 anos que estou aqui no assentamento, morava em Senador Canedo-Go, era comerciante lá, mas como fui assaltado várias vezes e a violência era muita quis sair de lá. Entrei no assentamento porque teve desistência aqui, fiquei sabendo e consegui a parcela, no início tive muita dificuldade, fiquei 1 ano e 4 meses debaixo de lona, muita luta, mais de um mês para fazer o aterro da minha casa, mas hoje agradeço a Deus pela vida que tenho aqui e por tudo que já construí aqui...”

Oswaldir Rodrigues dos Santos

Diante do depoimento citado podemos perceber que o estudo da localidade contribui para gerar atitudes mais investigativas, levando o indivíduo na análise dos diferentes níveis da realidade ao qual está inserido, seja econômico, político, social e cultural.

Este trabalho se destina a alunos da Segunda Fase do Ensino Fundamental e Ensino Médio e tem como objetivo abordar sobre a questão agrária no Brasil a partir da fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1984).

O presente trabalho foi dividido em três oficinas sobre os movimentos sociais, especialmente o MST, lutas, trabalho no campo e a produção de alimento sem o uso de agrotóxicos, tudo isso mais especificamente no Assentamento Olga Benário no município de Ipameri.

Ao conhecer sua história o professor possa desenvolver atividades de ensino aprendizagem relacionadas ao assentamento, pois muitos alunos desconhecem esse local que há muitos anos contribui bastante no desenvolvimento de vários setores do município.

OFICINA PEDAGÓGICA 1

TEMA: QUAL A IMPORTÂNCIA DA TERRA, SEU CONTATO COM ELA

Dias (2021) afirma que “o próprio acampamento era um espaço de luta anterior ao assentamento que possibilitou que a gente fosse para o assentamento.” Reconhecendo a

importância da luta na fase de acampamento, pois muitos fazendeiros não aceitam entregar as terras para a reforma agrária.

Duração: 3 aulas

Objetivos:

- ❖ Conhecer uma realidade local, suas lutas e conflitos;
- ❖ Verificar os principais problemas e potencialidades do assentamento.

Desenvolvimento:

Aula 1: Pesquisa

A pesquisa pode ser definida como uma busca mais detalhada para averiguação de uma realidade, aprofundamento de algum assunto, ou procura de informações acerca de algo desconhecido sobre qualquer campo do conhecimento.

No processo ensino-aprendizagem, a pesquisa é uma excelente ferramenta para formação de estudantes autônomos, críticos e criativos. No meio escolar, uma pesquisa muitas vezes é chamada de trabalho escolar.

Sugere-se como atividade para o trabalho com história local uma pesquisa sobre o Assentamento Olga Benário com as seguintes indagações:

- ❖ O que é um assentamento rural?
- ❖ Onde se localiza no município?
- ❖ Como ocorreu sua criação?
- ❖ Qual o tamanho da área do assentamento?
- ❖ Quantos lotes fazem parte do assentamento?
- ❖ Como estão organizados estes lotes?
- ❖ Quantas famílias moram no assentamento?
- ❖ De onde vieram estas famílias?
- ❖ Como é o trabalho no assentamento, individual ou coletivo?
- ❖ Nessa ocupação de terra, quem ajudou? E quem foi contra?
- ❖ O que é o MST?
- ❖ O que quer dizer Reforma Agrária?
- ❖ As crianças e jovens que vivem no assentamento todas vão para a escola?
- ❖ Existem algumas que frequentam a escola a qual vocês estudam?
- ❖ Conhece e por acaso é amigo (a) de um (a) deles (as)?
- ❖ Como vivem os assentados?
- ❖ O que produzem?

- ❖ Quais os maiores problemas que enfrentam no assentamento?

Esses questionamentos são importantes, pois despertam nos alunos a curiosidade e o interesse em conhecer o local a ser pesquisado, no decorrer das perguntas apresentadas, na medida que houver dúvidas o professor poderá esclarecer sobre as mesmas numa conversa informal com os alunos, sanando assim todas as indagações dos educandos.

Aula 2: ACRÓSTICO

Depois do direcionamento da pesquisa sugerir que façam um ACRÓSTICO com a palavra ASSENTAMENTO.

Figura 6 – O que é Acróstico (modelo)

Acróstico é um tipo de texto, geralmente uma
Composição poética, em que cada verso,
Rimando
Ou sem rima, principia
Sempre por uma das letras da palavra que lhe serve de
Tema.
Isto permite saber o tema lendo na vertical, de
Cima para baixo ou no sentido inverso.
Ora experimenta lá neste texto!

Figura 7 – Assentamento Olga Benário atualmente



Fonte: Simone Cristina Marques (2022)

A ssentamento Olga Benário

S ituado no município de Ipameri-Go

S
E
N
T
A
M
E
N
T
O

Após explicação sobre o que é um ACRÓSTICO pedir que construam um individualmente, usando sua imaginação na estruturação das frases.

Aula 3: Linha do Tempo

Iniciar a aula com uma roda de conversa sobre a pesquisa relacionada ao Assentamento Olga Benário, as descobertas sobre o local, as pessoas que dele fazem parte, a organização, o trabalho desenvolvido e o que mais lhe chamou sua atenção.

Fazer um esboço na lousa sobre sua criação, ano que aconteceu e também descrição de alguns acontecimentos que sucederam no decorrer dos anos até os dias atuais.

Partindo desse levantamento de dados sugerir que construam uma linha do tempo, pois a mesma é um recurso muito útil no trabalho com a cronologia.

Para fazer uma linha do tempo, a pergunta central é sempre “o que aconteceu antes?” e a resposta a essa pergunta requer o uso de referências muito concretas de tempo: “quando ocorreu cada fato a ser ordenado?”

Os alunos podem trabalhar em grupos de 4 ou 5 integrantes.

OFICINA PEDAGÓGICA 2

TEMA: O QUE CONSUMIMOS – DE ONDE VEM?

No assentamento Olga Benário a produção de acordo com Dias (2021) ocorre da seguinte forma “A gente produz hortaliça, mandioca, tem um pouco de gado e faz queijo, vende na feira, temos porcos, galinha, ovos, carne essas coisas a gente faz e vende a maioria disso. Mas, carne é para o próprio consumo, o excedente que a gente vende, comercializa.”

Duração:3 aulas

Objetivos:

- ❖ Compreender a importância do trabalho na sociedade tendo como experiência concreta o Assentamento Olga Benário;
- ❖ Entender certas noções básicas relacionadas a agricultura;
- ❖ Valorizar o trabalho desenvolvido na agricultura familiar.

Desenvolvimento:

Aula 1: Trabalhando com imagens e notícias do Assentamento Olga Benário em Ipameri-GO.

Primeiramente deixar que os alunos façam uma análise das imagens e logo após pode ser realizada a leitura das informações descritas abaixo.

Figura 8 – Assentamento Olga Benário Projeto Agroecologia



Fonte: <http://projetoagroecologiaufg.blogspot.com/2010/04/atividades-modulo-iii-visita-ao.html>

Figura 9 – Assentamento Olga Benário Projeto Agroecologia



Fonte: <http://projetoagroecologiaufg.blogspot.com/2010/04/atividades-modulo-iii-visita-ao.html>

Figura 10 – Assentamento Olga Benário Projeto Agroecologia



Fonte: <http://projetoagroecologiaufg.blogspot.com/2010/04/atividades-modulo-iii-visita-ao.html>

Figura 11 – Assentamento Olga Benário Projeto Agroecologia



Fonte: Paula Regina de Oliveira 10/03/2021

Figura 11 – Assentamento Olga Benário Projeto Agroecologia



Fonte: Paula Regina de Oliveira 10/03/2021

Você sabia?

A maioria da merenda escolar do município era fornecida pela Panificadora da ASCRAF.

Figura 12 – Panificadora da ASCRAF



Fonte: <https://www.scielo.br/j/geo/a/dXSBKnSJ9zFfQrBDPNDPf5R/>

Os assentados também se dedicam na produção de farinha de mandioca e a venda das ramas de mandioca para a Ambev como pode-se perceber nas **Figuras 13, 14, 15, 16, 17 e 18** a seguir, seu destino é a produção de cerveja:

Figura 13 – Plantação de mandioca (início)

Fonte: Paula Regina de Oliveira 22/01/2021

Figura 14 – Plantação de mandioca (final)

Fonte: Paula Regina de Oliveira 18/03/2021

Figura 15 – Produção de farinha

Fonte: Paula Regina de Oliveira 22/01/2021

Figura 16 – Produção de farinha

Fonte: Paula Regina de Oliveira 22/01/2021

Figura 17 – Produção de farinha

Fonte: Simone Cristina Marques (2022)

Figura 18 – Produção de farinha

Fonte: Simone Cristina Marques (2022)

O assentamento atualmente está em construção de uma farinheira, ou seja, um local destinado apenas para produção de farinha como pode ser observado nas **Figuras 19, 20 e 21** a seguir:

Figura 19 – Construção da farinha (área externa)



Fonte: Simone Cristina Marques (2022)

Figura 20 – Construção da farinha (área interna 1)



Fonte: Paula Regina de Oliveira 22/02/2021

Figura 21 – Construção da farinha (área interna 2)



Fonte: Simone Cristina Marques (2022)

O assentamento ainda conta com a plantação de hortaliças e frutas como pode ser visualizado nas **Figuras 22, 23, 24, 25 e 26** logo abaixo.

Figura 22 – Plantação de hortaliças



Fonte:

<https://www.scielo.br/j/geo/a/dXSBKnSJ9zFfQrBDPNDPf5R/>

Figura 23 – Plantação de banana



Fonte: Simone Cristina Marques (2022)

Figura 24 – Plantação de coco



Fonte: Simone Cristina Marques (2022)

Figura 25 – Plantação de laranja



Fonte: Paula Regina de Oliveira 16/02/2021

Figura 26 – Plantação de mexerica



Fonte: Paula Regina de Oliveira 16/02/2021

Além disso, ocorre a produção de doces, queijos e quitandas que são comercializados pelos moradores do assentamento, como exposto na **Figura 27**.

Figura 27 – Produção de doces, queijos e quitandas



Fonte: Simone Cristina Marques (2022)

Uma parcela da terra do assentamento é destinada ao plantio de soja como mostra nas **Figuras 28, 29 e 30** a seguir:

Figura 28 – Preparo da terra para o plantio de soja.



Fonte: Simone Cristina Marques (2022)

E após alguns anos de luta na terra surgiu a 1ª Feira da Agricultura Familiar na cidade de Ipameri-GO. Este evento conta com ampla participação da população local.

Figura 29 – Feira da Agricultura Familiar (cartaz para divulgação 1)



Fonte: Paula Regina de Oliveira (2019)

Figura 30 – Feira da Agricultura Familiar (cartaz para divulgação 2)



Fonte: Paula Regina de Oliveira (2019)

Figura 31 – Feira da Agricultura Familiar



Fonte: Paula Regina de Oliveira (2020)

Figura 32 – Feira da Agricultura Familiar



Fonte: Paula Regina de Oliveira (2020)

Figura 32 – Feira da Agricultura Familiar



Fonte: Paula Regina de Oliveira (2020)

Aula 2: Produção de texto

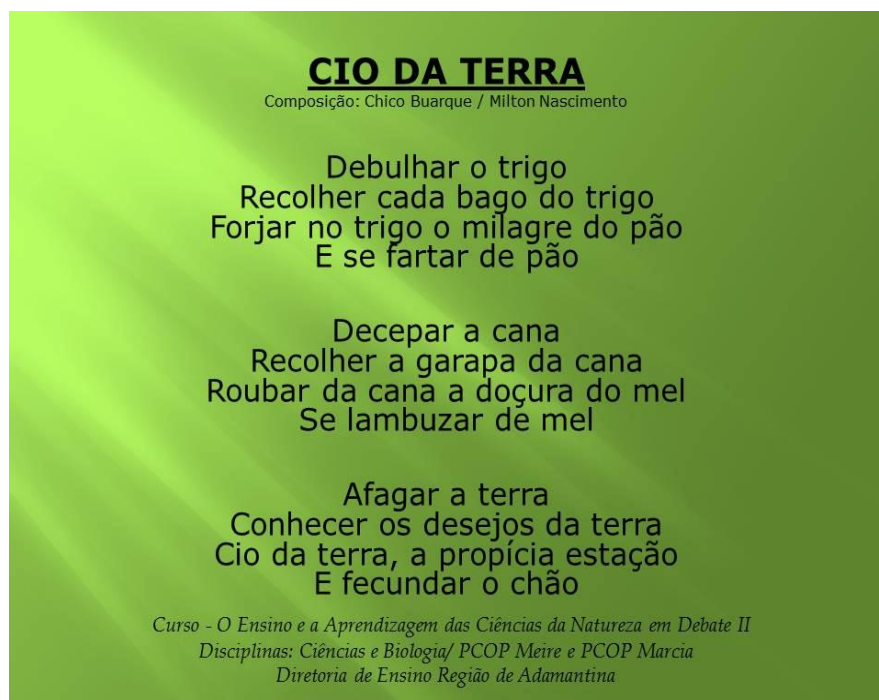
Após esse primeiro momento decorrente da análise das imagens e das informações relacionadas ao assentamento pode ser realizada uma roda de conversa com os alunos, sobre o que já conheciam ou não e também descrevendo o que mais lhe chamou atenção.

Subsidiando assim um debate sobre a importância da Agricultura Familiar na produção de alimentos, geração de emprego e renda, contribuição para nossa cultura, qualidade de vida e também sobre as tecnologias presente no campo.

Aproveitando essa parte que despertou atenção pedir que registrem no papel seus comentários e opiniões com um pequeno texto sobre o assunto.

Aula 3: Atividade sobre a música “O cio da terra”, de Milton Nascimento e Chico Buarque de Holanda:

Figura 33 – Música “O cio da terra” de Milton Nascimento e Chico Buarque de Holanda



Fonte: <http://buscaincrivel.blogspot.com/2017/11/dramatizando-musicas.html>

A música “Cio da Terra” teve sua melodia composta por Milton Nascimento e letra por Chico Buarque. Segundo Chico Buarque, Milton Nascimento fez a música pensando no canto de mulheres camponesas, que trabalhavam no Vale do Rio Doce (em Minas Gerais). São cantigas de trabalho na colheita do algodão. Essa música é uma canção do trabalho agrário.

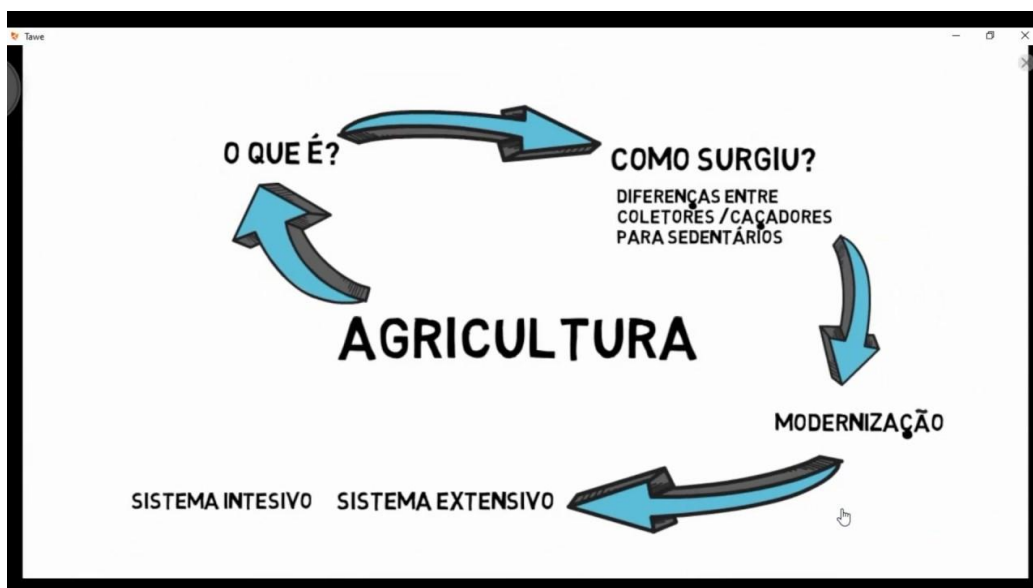
Primeiro deve ocorrer a apresentação aos alunos da música, uma conversa informal relacionada a canção sobre que mensagem transmite e sobre os autores (Chico Buarque e Milton Nascimento).

Após essa conversa o professor deve direcionar alguns questionamentos:

- ✓ Quem são as pessoas que trabalham na terra?
- ✓ Com o que eles trabalham?
- ✓ Quais os instrumentos usados no trabalho da terra?
- ✓ Como se desenvolve uma lavoura?
- ✓ Qual o tempo de plantio?
- ✓ Qual o tempo de colheita?
- ✓ Como são controladas as pragas nas lavouras?

De acordo com as questões levantadas sobre o assunto dividir a sala em grupos de 4 ou 5 alunos, dependendo do número de alunos da sala e pedir que façam um MAPA MENTAL relacionado a AGRICULTURA, conceito e surgimento, perpassando brevemente pelo processo de modernização da agricultura e suas principais características.

Figura 34 – Modelo 1 de Mapa Mental



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=G2iat8A-XGg>

Figura 35 – Modelo 2 de Mapa Mental



Fonte: <https://reginha-atividadesescolares.blogspot.com/2020/12/origem-da-agricultura-e-suas.html>

Após esses direcionamentos sugerir que usem sua criatividade ao elaborarem esse MAPA MENTAL, utilizando de certas imagens, desenhos que possam representar o assunto.

OFICINA PEDAGÓGICA 3

Tema: TRABALHANDO COM O PANFLETO SOBRE O ASSENTAMENTO OLGA BENÁRIO

Duração: 3 aulas

Objetivos:

- Reconhecer no assentamento um local de lutas e conquistas;
- Sensibilizar os alunos a respeito do valor das experiências das pessoas mais velhas;
- Compreender o que é memória;
- Entender como objetos e imagens podem trazer a história de um tempo passado.

Desenvolvimento:

Aula1: Apresentação do panfleto

Primeiramente pedir aos alunos que observem tudo que consta no PANFLETO, leiam atentamente, observem as imagens e o que estão representando; as datas; ou seja; façam uma análise bem minuciosa.

Posteriormente em uma RODA DE CONVERSA, ouvir individualmente todos os comentários relacionados as informações do assentamento.

Logo após pedir que iniciem observando no mapa e na legenda os seguintes pontos:

- ✓ A região do Sudeste Goiano
- ✓ O município de Ipameri
- ✓ A localização do assentamento
- ✓ Os municípios das regiões próximas

Ao fazer essa análise os alunos podem verificar com exatidão a localização do Assentamento Olga Benário dentro do município de Ipameri.

Aula 2: Apresentar a história do assentamento Olga Benário.

Pedir para que os alunos descrevam com suas palavras sobre as três etapas que ocorreram na formação do assentamento.

1. Acampamento
2. Pré- Assentamento
3. Assentamento definitivo

Pedir que façam também uma descrição do assentamento (data de criação, quantidade de famílias, nome da fazenda, como se alojam).

Aula 3: Estudo de tudo o que é produzido no assentamento Olga Benário.

Conversa informal sobre agricultura familiar e os passos necessários para se fazer uma HORTA:

- Escolher o local e decidir sobre o tamanho;
- Preparar a terra;
- Cercar o terreno da horta;
- Fazer os canteiros;
- Fazer uma sementeira;
- Plantar mudas;
- Cultivar a horta.

Ainda deve se observar que sua execução envolve outros pontos, tais como:

- Composição e tipo de solo para decidir sobre o lugar da horta;
- Adubação, importância e que tipos existem;
- Medidas, área da horta;
- Calcular o tempo para germinar cada tipo de semente;
- Saber localizar os canteiros em relação ao vento e ao sol;
- Produzir textos fazendo relatórios sobre todo o processo que vai sucedendo com as plantas.

Outras sugestões de atividade sobre o tema:

- ❖ Pesquisar sobre: O que é o MST? O que quer dizer Reforma Agrária?
- ❖ Relatar com suas palavras sobre o Coletivo Margarida Alves.
- ❖ Organizar umas duas aulas com os alunos no laboratório de informática e assistir vídeos sobre a AGRICULTURA FAMILIAR.
- ❖ Fazer uma leitura dos depoimentos dos assentados citados no panfleto, e relatar o que mais lhe chamou atenção
- ❖ Roda de conversa com os alunos sobre memória: Fazer as seguintes perguntas: Quem se lembra de alguma coisa que costumava fazer quando era criança? Quem se recorda de um acontecimento marcante de quando era bem pequeno?
Explique-lhes que todos temos lembranças, episódios de vida para lembrar: uma festa, uma travessura, um passeio, uma viagem, um costume.
Converse com os alunos sobre o significado da palavra “memória”. Pergunte o que eles acham e anatem as definições na lousa.
Segundo o Dicionário Houaiss da língua portuguesa, memória é “aquilo que ocorre ao espírito como resultado de experiências já vividas; lembrança, reminiscência”.
No plural – memórias – pode ser uma narrativa que alguém faz, na forma de obra literária, com base no depoimento de uma pessoa mais velha.
Lembre aos alunos que fotografias também podem nos ajudar a recuperar lembranças do passado. É possível encontrar fotos antigas da cidade e dos moradores, bem como de todas as etapas do assentamento Olga Benário.
Objetos antigos também podem resgatar o passado. Pergunte aos alunos se eles têm em casa objetos que foram guardados pela família, converse sobre seu uso atual e em outras épocas. Convide os alunos a montar uma exposição na escola com as fotos

e objetos antigos. Eles podem trazer cartas, utensílios domésticos, ferramentas, máquinas antigas, roupas, discos, etc.

- ❖ Entrevista com uma pessoa mais velha: Explique que, além de fotos e objetos, as pessoas são fontes importantes de memória – na verdade, a mais rica delas.

Logo após pode ser realizada uma leitura do trecho do livro *Velhos amigos*, de Ecléa Bosi.

Velhos Amigos

De onde vem as histórias? Elas não estão escondidas como um tesouro na gruta de Aladim ou num baú que permanece no fundo do mar. Estão perto, ao alcance de sua mão. Você vai descobrir que as pessoas mais simples têm algo surpreendente a nos contar.

Quando um avô fica quietinho, com o olhar perdido no passado, não perca a ocasião. Tal como Aladim da lâmpada maravilhosa, você descobrirá os tesouros da memória. Se ter um velho amigo é bom, ter um amigo velho é ainda melhor.

Ecléa Bosi. *Velhos amigos*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003, p. 11.

Ecléa Bosi, em seu livro *Memória e sociedade*, escreve memórias de pessoas mais velhas que moram na cidade de São Paulo. Ecléa nos ensina que não devemos perder a oportunidade de conversar com os idosos, pois com certeza eles têm muito a nos contar.

Proponha aos alunos que se organizem individualmente ou em pequenos grupos para conversar com pessoas mais velhas. Podem ser pessoas da própria escola ou de casa – pode ser um vizinho, um parente. Eles podem começar fazendo perguntas. O(a) senhor(a) tem algum objeto antigo ou foto que lembre alguma passagem da sua vida nesta cidade? O que a foto ou objeto lembra?

Os alunos devem anotar as respostas e guardar as anotações. Em sala, cada aluno conta para a turma o que ouviu.

“Tudo o que existe e vive precisa ser cuidado para continuar a existir e a viver: uma planta, um animal, uma criança, um idoso, o planeta terra”.

Leonardo Boff

FEIRA AGRICULTURA FAMILIAR

FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE IPAMERI

TODA QUARTA-FEIRA, DAS 17H30 ÀS 21H, NO ESTACIONAMENTO DO JOQUEI CLUBE DE IPAMERI



PRODUTOS LOCAIS /LIVRES DE AGROTÓXICOS
HORTALIÇAS•COMIDA CASEIRA•LANCHES•DOCES•QUEIJOS
E DERIVADOS DE LEITE•PRODUTOS DE BÚFALA•PIMENTAS E
MOLHOS•CARNE DE LATA•LINGUIÇA•FRANGO CAIPIRA E
MELHORADO•FRANGO VIVO•PÃES•RAPADURA• PIPOCA
GOURMET•BOLOS•E MUITO MAIS

**18 DE SETEMBRO À PARTIR DAS 16 HORAS
NO ESTACIONAMENTO DO JOQUEI CLUBE.**



Dias (2021) que continua trabalhando com a terra atualmente, pois relata que “faço feira, a gente produz hortaliça, mandioca, tem um pouco de gado e faz queijo, vende na feira, temos porcos, galinha, ovos, carne essas coisas a gente faz e vende a maioria disso. Mas, carne é para o próprio consumo, o excedente que a gente vende, comercializa.”

Dando para perceber que também mudou de vida demonstrando orgulho por sua produção agropecuária.

Atualmente todos os produtos produzidos são vendidos no comércio da cidade ou na feira da Agricultura Familiar que acontece no Sindicato dos Servidores Públicos na Avenida Teodoro Sampato s/nº Centro.

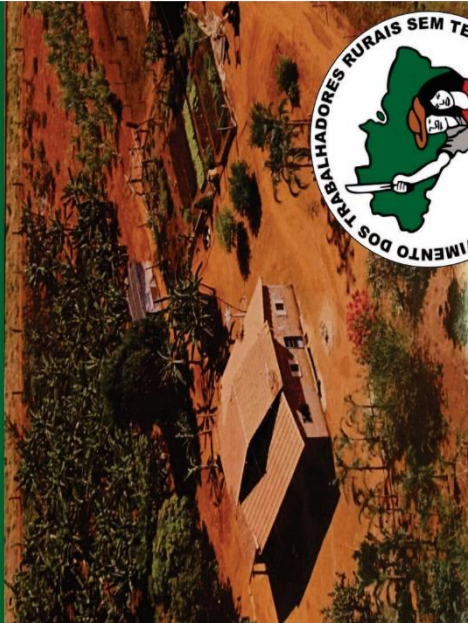


“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, sem aprender a refazer, a retocar o sonho por causa do qual a gente se pôs a caminhar.”
(Paulo Freire)



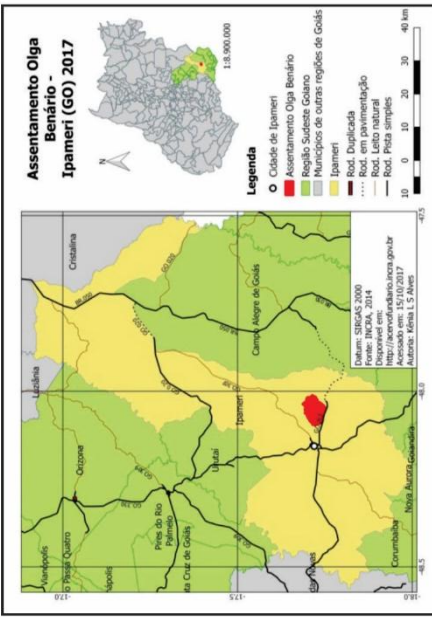
**Assentamento
OLGA BENÁRIO
em Ipameri-GO.**

Eu conheço esse lugar???
Que lugar é esse que faz parte do município onde moro?



**Assentamento
OLGA BENÁRIO
em Ipameri-GO.**

O assentamento Olga Benário atualmente ocupa uma área de 4.322 hectares, que pertencia a Fazenda Ouro Verde/Santa Rosa adquirida pelo INCRA em 2004, (ALVES, 2018) O Mapa mostra sua localização dentro do município de Ipameri-GO.



A formação do assentamento Olga Benário, em Ipameri-GO, ocorreu por meio de três etapas, sendo o período de acampamento, a fase Pré-Assentamento e o assentamento em definitivo.

Cerca de 84 famílias que estavam vinculadas ao MST, se deslocaram para a terra do que era até o momento, a Fazenda Ouro Verde/Santa Rosa. Montaram seus barracos de lona, às margens da rodovia GO-213, ficando acampados em frente à entrada que dava acesso a sede da fazenda.

Como relata Dias (2021)

logo no início do acampamento já é uma coisa muito boa, dá aquela perspectiva, uma esperança de uma vida melhor. Porém, também, é muito difícil morar em barraca de lona, tudo isso não é fácil. Mas, é importante para a gente dar valor no espaço que a gente tem hoje dentro do assentamento. Um espaço que hoje a gente pode dizer que é nosso.

Pode-se perceber nesta fala um sentimento de orgulho que o entrevistado tem pelo tempo em que esteve lutando no acampamento para conseguir seu pedaço de terra.

Como afirma Vaz (2021),

“Eu era funcionária de uma padaria na cidade e comecei a trabalhar com o gado de leite.” A mudança de atividade ocorreu devido ao seu ingresso no acampamento, proporcionando uma esperança de melhoria na sua condição de vida.

“A narração da própria vida é o testemunho mais eloquente dos modos que a pessoa tem de lembrar”.

Ecléa Bosi.

Depois os sem-terra foram orientados a ocuparem as áreas próximas ao Córrego do Retiro localizado na entrada da Fazenda, iniciando a fase de Pré-Assentamento. Neste momento, os trabalhadores continuaram morando em barracos de lona aguardando o desenrolar dos trâmites legais para poder ocupar seu pedaço de terra, estavam na condição de “posseiros”.

Inicialmente o MST/INCRA propôs uma organização coletiva/semioleativa do assentamento com áreas comuns de cultivo. Mas essa proposta foi recusada pela maioria das 84 famílias assentadas, que optaram por um modelo familiar, que faz uso da produção individual dentro da sua própria parcela. Apenas seis famílias aceitaram, formando o Coletivo Margarida Alves, vinculado ao MST.

As famílias ficaram cerca de um ano no Pré-assentamento até ser emitido o título de posse da terra, que ocorreu em 22 de julho de 2005 e a criação do assentamento definitivo em 09 de agosto de 2005.

Depois de estruturado as parcelas as famílias são autorizadas a tomar posse do seu lote, passando a terceira etapa, do assentamento definitivo, como afirma Marques (2000, p. 119)

Em 2012, ocorreu a extinção do Coletivo Margarida Alves e a divisão das parcelas para as famílias correspondentes. Posteriormente, houve a formação da Associação de Produtores do Assentamento Olga Benário (ASPROAB) com cerca de 50 famílias integrantes, para tentar recuperar os prejuízos obtidos com a produção agropecuária.



Você sabia?



A maioria da merenda escolar do município era fornecida pela Panificadora da ASCRAF

Se dedicam na produção de farinha de



Uma grande conquista dos assentados foi a Feira da Agricultura Familiar, muitos conquistaram seu espaço para comercializarem seus alimentos produzidos no assentamento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo que foi abordado percebe-se que os indivíduos pertencentes ao assentamento Olga Benário de Ipameri-Go, conseguiram construir uma consciência histórica enquanto integrantes do movimento sem-terra. Mas, não perdurou muito tempo tendo seus direitos parcialmente atendidos, pois após a conquista da terra algumas famílias já assentadas deixaram de lutar em prol das causas do movimento, se desligando por completo das lutas pela terra. Não se reconhecendo mais como assentado e sim como pequenos produtores rurais.

Porém, uma pequena parcela deste grupo não deixou morrer a memória de um tempo de lutas pelo cultivo da terra. Mesmo depois de já terem adquirido sua terra, se identificando pela causa do movimento e reivindicando todos os seus direitos junto ao governo.

Contudo, se constata que o resgate da memória individual ou coletiva de um determinado grupo social contribui para a formação da consciência histórica do sujeito para que se construa uma identidade social, onde possa se reconhecer no tempo e no espaço, tornando-se capaz de lutar por seus direitos e bens comuns para a sociedade.

Portanto esta pesquisa teve o intuito de reviver todo o histórico de lutas pela terra perpassado pelos moradores deste assentamento, pois verifica-se que esta história está se perdendo com o tempo e necessita ser resgatada para que as novas gerações se inteirem dos acontecimentos dando continuidade à luta.

A melhor forma para isso é por meio dessas oficinas pedagógicas desenvolvidas na sala de aula, pois apresentam aos alunos de forma simples os principais pontos da história do assentamento para que todos saibam quem são seus integrantes, e também conheçam as lutas e conflitos por eles enfrentados.

6. REFERÊNCIAS

AGUIAR, Edinalva Padre. Consciência Histórica e a Inter-Relação com o ensino de história. In: **Cadernos de Pesquisa Educacional**. Curitiba, v. 9, n. 21, 2014. Disponível em: <https://seer.utp.br/index.php/a/article/view/363/348> Acesso em: 14/02/2020.

ALBERT, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

ALVES, Kenia Larissa Santos. A luta pela terra no sudeste goiano: O assentamento Olga Benário de Ipameri (GO) pela narrativa de agentes pastorais da Comissão Pastoral da Terra (CPT). **Dissertação** (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Goiás – UFG, Catalão-

GO, 2018. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/10015> Acesso em: 08/02/2021.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Igualdade e Equidade: qual é a medida da justiça social? In: **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Universidade de Sorocaba-SP, v. 18, n. 1, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2191/219125744008.pdf> Acesso em: 12/05/2021.

BERGAMASCO, Sônia Maria; NORBER, Luiz Antônio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense. 1996.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história**: fundamentos e métodos, 4º ed., São Paulo: Cortez, 2011.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê, 2003a.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**. SP. Cia das Letras. 2003b.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: BOURDIEU, Pierre (Coord.). **A miséria do mundo**. 2. ed. Trad. de Mateus Soares Azevedo. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 693-713.

BRASIL. **Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985**. Aprova o plano nacional da reforma agrária, PNRA, e dá outras providências. Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência, São Paulo, v. 48, p. 3-4, 1985. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1985/D91766.html. Acesso em: 05/10/2020.

BRASIL. **Estatuto da Terra**: Lei nº 4.504, de 1964. Brasília, DF: Subsecretaria de Edições Técnicas, 1964.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. In: **Estudos Avançados**, n. 15, v. 43, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/C8CTZbGZp5t8tH7Mh8gK68y/?lang=pt> Acesso em: 13/02/2021.

CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. Trad. Cristina Yamagami, São Paulo: UNESP, 2010.

CERRI, Luis Fernando. Os conceitos de consciência histórica e os desafios da Didática da História. In: **Revista de História Regional**, nº 06, 2001. p. 93-112.

CHAVES, Christine de Alencar. **A Marcha Nacional dos Sem-Terra**: um estudo sobre a fabricação do social. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

COLETTI, Claudinei. A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal. **Tese** (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, SP, 2005. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/279815/1/Coletti_Claudinei_D.pdf Acesso em: 10/02/2021.

DATALUTA (Banco de Dados da Luta pela Terra) 2008. **Núcleo de estudos, pesquisas e projetos de reforma agrária.** Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_2008.pdf Acesso em: 08/10/2020.

DATALUTA (Banco de Dados da Luta pela Terra) 2010. **Núcleo de estudos, pesquisas e projetos de reforma agrária.** Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_2010.pdf Acesso em: 15/10/2020.

DATALUTA (Banco de Dados da Luta pela Terra) 2020. **Núcleo de estudos, pesquisas e projetos de reforma agrária.** Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_2020.pdf Acesso em: 08/10/2020.

DIAS, Flávio Fernandes, entrevista II, 2021, entrevistadora: Simone Cristina Marques, IpameriGO.

DOU, **Diário Oficial da União**, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/dnn/dnn10254.htm Acesso em: 22/06/2021.

DUARTE, Élio Garcia. **As ocupações de Terra em Goiás.** UFG: Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 19, n. 02, 1999. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/14370/5/Artigo%20-%20c3%89lio%20Garcia%20Duarte%20-%201999.pdf> Acesso em: 02/02/2021.

ESTEVAM, Luis Antônio. O tempo da transformação: estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás. **Tese** (Doutorado em Economia), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/285435> Acesso em: 04/02/2021.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento camponês rebelde: reforma agrária no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Acampamento. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.), **Dicionário da Educação do Campo.** São Paulo: Expressão Popular, 2012. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf> Acesso em: 08/02/2021

FERNANDES, Bernardo Mançano. Espacialização e Territorialização da Luta pela Terra: a formação do MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo. São Paulo: FFLCH/USP (**Dissertação de Mestrado**), 1994. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/Dissertacao_BMF.pdf. Acesso em: 15/10/2020.

FERNANDES, Bernardo. Mançano. O MST e as reformas agrárias do Brasil. In: **Artigo Acadêmico.** Universidade Estadual Paulista – UNESP. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/OUTROS/04mancano.pdf> Acesso em: 07/10/2020.

FERNANDES, Bernardo. Mançano. Reforma Agrária no governo Lula: a esperança. In: **Artigo Acadêmico.** Universidade Estadual Paulista – UNESP. São Paulo, 2003. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA_RA.pdf Acesso em: 17/10/2020.

FERREIRA, Idelvone Mendes; MENDES, Estevane de Paula Pontes. A organização do espaço agrário em Goiás: povoamento e colonização (do século XVIII ao XX). In: **Anais – XIX ENGA, XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**. São Paulo, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/7997559/A_ORGANIZA%C3%87%C3%83O_DO_ESPA%C3%87O_AGR%C3%81RIO_EM_GOI%C3%81S_POVOAMENTO_E_COLONIZA%C3%87%C3%83O_DO_S%C3%89CULO_XVIII_AO_XX Acesso em: 02/02/2021.

FILIPPI, Eduardo Ernesto. **Experiências internacionais de reforma agrária: entre socialismo e populismo**. 2006. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/eduardo-ernesto-filippi/filippi-e-experiencias-internacionais-de-reforma-agraria-entre-socialismo-e-populismo-in-vera-lucia-silveira-botta-ferrante-dulce-consuelo-andreata-whitaker-org-reforma-agraria-e-desenvolvimento-desafios-e-rumos-da-politica-de-assentamentos-rurais> Acesso em: 28/01/2020.

FIRMINO, Waldivino Gomes. Itinerário camponeses: de lá para cá e daqui pra li até o assentamento Olga Benário em Ipameri. **Dissertação** (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Goiás – UFG, Catalão-GO, 2013. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/3672> Acesso em: 17/10/2020.

GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

GOSCH, Marcelo Scolari. A Criação dos Assentamentos Rurais no Brasil e seus Desafios: algumas Considerações sobre Cerrado Goiano. In: **Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, 2020. Disponível em: <https://www.gestaoesaude.unb.br/index.php/rp3/article/view/34177/27601> Acesso em: 05/02/2021.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

INCRA – **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Portal do Governo Brasileiro, 2020. Disponível em: <https://antigo.incra.gov.br/pt/assentamentos.html> Acesso em: 20/06/2021.

INCRA/GO – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Blog do Incra Goiás – **Os assentamentos em Goiás**, 2017. Disponível em: <https://incragoias.wordpress.com/distribuicao-dos-assentamentos-no-estado-de-goias/> Acesso em: 05/02/2021.

KHOURY, Yara Aun. Muitas Memórias, outras histórias: cultura e sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro; Maciel, Laura Antunes; *et al* (Orgs). **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo: Olho D'água, 2004.

LEITE, Sergio Pereira. Assentamento Rural. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.), **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf> Acesso em: 08/02/2021

LE VEN, Michel Marie; FARIA, Érika de; MOTTA, Miriam Hermeto. de Sá. História oral de vida: o instante da entrevista. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von (org). **Os desafios contemporâneos da História Oral**. Campinas: Unicamp, Centro de Memória, 1997.

LIMA JUNIOR, C. P. de; SAMPAIO, D. S. B.; MIRANDA, L. F. dos R. G.; OLIVEIRA, M. H. de L. P. de. Movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST), a política agrária no Brasil e as mudanças nos paradigmas da disputa por território. In: **Artigo Acadêmico**. Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana-BA, 2020. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/63424374/Artigo_Direito_e_Movimentos_Sociais_220200525-54559-or50ad.pdf Acesso em: 11/10/2020.

LIMA, Maisa. **Após dez anos de luta, 45 famílias são assentadas no sudeste goiano**. 2016. Disponível em: <https://mst.org.br/2016/09/27/apos-dez-anos-de-luta-45-familias-sao-assentadas-no-sudeste-goiano/> Acesso em: 15/02/2021.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. De sem-terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha – GO. **Tese** (Doutorado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, São Paulo, 2000. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/153292/152062> Acesso em: 08/02/2021.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MATOS, Julia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski. História oral como fonte: problemas e métodos. In: **historiae**, v. 2, n. 1, 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2395> Acesso em: 11/10/2020

MEDEIROS, Leonildes Servolo de; LEITE, Sérgio Pereira. Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais. **CPDA/Debates**, v. 4, 1997.

MEDEIROS, Rejane Cleide de Almeida. Práxis política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)- TO: trajetória de organização e formação política. **Tese** (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiânia-GO, 2017. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/7991/5/Tese%20-%20Rejane%20Cleide%20Medeiros%20de%20Almeida%20-%202017.pdf> Acesso em: 08/05/2021.

MEIHY, José Carlos Sabe Bom. **Manual de história oral**. 5. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MEIHY, José Carlos Sabe Bom. **(Re)introduzindo história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

MONTEIRO, Ana Maria. **Ensino de história: entre história e memória**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

MONTEIRO, Rafael de Melo. A conquista da terra é um endereço no mundo: a formação dos assentamentos rurais no Sudeste Goiano. In: **Élisee**, Revista de Geografia da UEG-GO, v. 10, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/9927> Acesso em: 08/02/2021.

MONTEIRO, Rafael de Melo. Relações de poder, territórios e territorialidades: as travessias da vida no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO). **Dissertação** (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Goiás – UFG, Catalão-GO, 2013.

MONTEIRO, Rafael de Melo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Relações de poder e produção territorial: as contingências da vida no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO). In: **Geo UERJ**, v. 1, n. 25, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/6168> Acesso em: 08/02/2021.

MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas do Brasil. In: STEDILE, João Pedro (org.). **Histórias e natureza das Ligas Camponesas**. São Paulo: expressão Popular, 2002.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. **Massacre de Eldorado dos Carajás**. Caderno de Direitos Humanos. 1999.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. In: **Projeto História**. v. 10. São Paulo, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763> Acesso em: 17/10/2020.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 4ª ed. 2001.

PAULILO, Maria Angela Silveira. A pesquisa qualitativa e a história de vida. In: **Serv. Soc. Rev.** Londrina, v.2, p.135-148, 1999. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>. Acesso em: 10/10/2020.

PALACÍN, Luiz; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. **História de Goiás**. 7 ed. Goiânia: UCG. ed. Vieira, 2008.

PORTELLI, Alessandro. Formas e significação na história oral. A pesquisa como um experimento de igualdade. In: **Projeto História**, São Paulo, n. 14, 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11231/8239> Acesso em: 17/10/2020.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Paz, 2010.

SANTOS, Rafael Oliveira Coelho. O que teve de reforma agrária no governo lula? In: **Campo – território: revista de geografia agrária**, v. 6, n. 12. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/13468/7692> Acesso em: 15/10/2020.

SANTOS, Osvaldir Rodrigues dos, entrevista III, 2021, entrevistadora: Simone Cristina Marques, Ipameri-GO.

SILVA, Geslayne Dias da; SOUZA, Edevaldo Aparecido. A luta pela terra no sudoeste goiano: território do agronegócio. In: **Revista Produção Acadêmica**. Núcleo de Estudos Urbanos e Agrários – NURBA, v. 3, n. 2, 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producaoacademica/issue/download/258/LUTA%20PELA%20TERRA%20NO%20SUDOESTE%20GOIANO%3A%20territ%C3%B3rio%20do%20agroneg%C3%B3cio>. Acesso em: 08/02/2021.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A luta pela terra: experiência e memória**. UNESP, São Paulo: 2004.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Orgs), Experiência, interpretação, orientação: as três dimensões da aprendizagem histórica; Narrativa histórica: funcionamentos, tipos, razão. In: **Jorn Rusen e o Ensino de História**. Curitiba: ed. UFPR, 2011.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **BRASIL: uma biografia**. 1º ed. São Paulo. Companhia das Letras. 2015.

STÉDILE, João Pedro. O MST e a luta pela terra. In: **Teoria e debate**. n. 24, 1994. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/1994/03/01/o-mst-e-a-luta-pela-terra/> Acesso em: 18/03/2021.

STÉDILE, João Pedro. Reforma agrária. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.), **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf> Acesso em: 08/02/2021

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardes Mançano. **Brava Gente**. A trajetória do MST e a luta pela Terra no Brasil. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2012.

SOUZA, Sonia Maria Ribeiro de. O MST e a mídia: o fato e a notícia. In: **PEGADA – A Revista da Geografia do Trabalho**, Unesp-SP, v. 3, 2002. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/791> Acesso em: 20/06/2021.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Trad. Lólio Lorenço de Oliveira. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

VAZ, Flávia Lopes, entrevista I, 2021, entrevistadora: Simone Cristina Marques, Ipameri-GO.

VEIGA, Jose Eli. **O que é reforma agrária**. 14ª ed. Ed. Primeiros Passos. 1994.

ANEXOS

ANEXO 1 – DECRETO DE DESAPROPRIAÇÃO DA FAZENDA OURO VERDE EM IPAMERI-GO

06/07/2021

Dnn10254

Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO DE 11 DE AGOSTO DE 2004.

Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, os imóveis rurais que menciona, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 184 da Constituição, e nos termos dos arts. 2º da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993,

DECRETA :

Art. 1º Ficam declarados de interesse social, para fins de reforma agrária, nos termos dos [arts. 18, letras "a", "b", "c" e "d", e 20, inciso VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993](#), os seguintes imóveis rurais:

I - "Fazenda Andreza, Xique-Xique e Poço das Pedras", com área de mil, quatrocentos e dezessete hectares, situado no Município de Forquilha, objeto do Registro nº R-6-376, Ficha 01, Livro 2-E, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Sobral, Estado do Ceará (Processo INCRA/SR-02/nº 54130.000551/2003-78);

II - "Fazenda Ouro Verde", com área de quatro mil, trezentos e vinte e dois hectares, situado no Município de Ipameri, objeto do Registro nº R-10-564, fls. 264, Livro 2-B, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ipameri, Estado de Goiás (Processo INCRA/SR-04/nº 54150.001429/2003-81);

III - "Fazenda Monte Cristo", com área de dois mil, novecentos e sessenta e cinco hectares, setenta e sete ares e quatro centiares, situado no Município de Penalva, objeto do Registro nº R-1-80, fls. 75, Livro 2-B, do Cartório do 1º Ofício da Comarca de Penalva, Estado do Maranhão (Processo INCRA/SR-12/nº 54230.000151/2003);

IV - "Fazenda Arizona", com área de sete mil, cinqüenta e dois hectares, oitenta e cinco ares e quarenta e nove centiares, situado no Município de Santana do Araguaia, objeto do Registro AV-2-3.699, fls. 01v, Livro 2-S, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia, Estado do Pará (Processo INCRA/SR-27/nº 54600.001509/2001-29); e

V - "Fazenda 68", com área de mil, noventa e dois hectares, vinte e três ares e catorze centiares, situado nos Municípios de Remígio e Algodão de Jandaíra, objeto do Registro nº R-1-5.397, fls. 20, Livro 2-AD, do Serviço Registral do 1º Ofício da Comarca de Esperança, Estado da Paraíba (Processo INCRA/SR-18/nº 41420.0011/90-10).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste Decreto os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas, bem como as benfeitorias existentes nos imóveis referidos no art. 1º e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA fica autorizado a promover as desapropriações dos imóveis rurais de que trata este Decreto, na forma prevista na [Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993](#), e a manter as áreas de Reserva Legal e preservação permanente previstas na [Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965](#), preferencialmente em gleba única, de forma a conciliar o assentamento com a preservação do meio ambiente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de agosto de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Miguel Saldatelli Rossetto

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 12.8.2004

ROTEIRO DE ENTREVISTA

PARTE I

Identificação do(a) participante

Nome (não obrigatório): _____

Idade: _____ Gênero: _____

PARTE II

Questões

1. Há quanto tempo você está no assentamento?
2. Você tem alguma função na organização do assentamento?
3. Como era a tua vida no início, antes do assentamento?
4. E como foi a vida no assentamento logo no início?
5. No início como era o seu trabalho e o da sua família?
6. Você trabalha na terra? Todos plantam?
7. Todos da família trabalham no assentamento? Ou já teve alguém que saiu?
8. Já teve alguém do assentamento que foi preso por conta da luta referente ao movimento?
9. E hoje como é que sua família vive aqui?
10. A maioria dos assentados participa das reuniões para discutir e encontrar soluções para os problemas do assentamento?

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – Mestrado Profissional
EM HISTÓRIA – PPGH-MP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Caro Senhor/a:

Você está sendo convidado/a a participar, como voluntário/a, da pesquisa intitulada “**Memórias, Experiências e Narrativas Históricas no assentamento Olga Benário no município de Ipameri-GO**”, que será apresentada como uma Dissertação de Curso da pesquisadora responsável Simone Cristina Marques, do Programa de Pós Graduação em História – Mestrado Profissional em História – PPGH-MP, da Universidade Federal de Goiás – UFG, Regional Catalão, sob orientação da Prof. Dr. Paulo César Inácio. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao pesquisador responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado/a de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, via e-mail simonecristinamarques@gmail.com, inclusive, sob forma de ligação, através do seguinte contato telefônico: (64) 8118-4792. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Regional Catalão/UFG, através do telefone (64) 3441-7609 ou pelo e-mail cep.rc.ufg@gmail.com.

O objetivo central de nossos estudos é resgatar a memória do assentamento através dos relatos das suas histórias de vida e condições de subsistência. A pesquisa possibilitará entender o perfil das famílias que moram no assentamento, os motivos que levaram a ser assentados, suas experiências, lutas e sonhos. Além de sua qualidade de vida levando em conta quesitos como: a saúde, habitação, saneamento básico, higiene e bens duráveis.

O processo de obtenção do registro do presente documento será da seguinte forma: No momento em que o pesquisador entrar no campo de pesquisa (assentamento Olga Benário) e encontrar com você participante da pesquisa que atenda aos **critérios de inclusão** por ser morador do assentamento e/ou ter contato com o movimento sem-terra, entregará este documento a você. Você poderá ler este documento com calma e atenção e, caso concordar, assinará as duas vias do documento e entregará para o pesquisador, antes do início da pesquisa. A pesquisa se realizará a partir de entrevistas semiestruturadas, que serão gravadas e posteriormente transcritas, que partindo de um roteiro preestabelecido, possibilitem que tenhamos um diálogo sobre a sua atuação no movimento sem-terra, suas perspectivas e impressões, etc. As informações coletadas serão analisadas de forma qualitativa, onde trechos, caso autorize, serão utilizados na íntegra ou parcialmente. E os resultados, favoráveis ou não, serão apresentados em eventos acadêmicos e publicados em periódicos científicos e no texto final da dissertação.

É importante salientar também que, como as informações serão utilizadas de forma geral relacionando-as com os objetivos da pesquisa, seu nome não será utilizado em qualquer fase da pesquisa, garantindo seu anonimato. Apesar de que nada será cobrado de você, caso se sinta lesado/a, você possui o direito de pleitear indenização (reparação a danos imediatos ou futuros), que estão garantidos em lei, segundo a Resolução nº 466, dezembro de 2012, decorrentes da

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO PROFISSIONAL
EM HISTÓRIA – PPGH-MP

sua participação na pesquisa. A participação na pesquisa é voluntária, tendo você o poder de recusar-se ou de retirar seu consentimento, ou ainda interromper sua participação se assim o preferir, a qualquer momento, sem nenhuma penalização ou prejuízo a você.

Garanto que todo material coletado através da entrevista e do processo de pesquisa será armazenado em local seguro e ficará sob minha posse e responsabilidade, tendo somente eu o acesso aos dados originais (gravação da entrevista em meio digital e TCLE's), que serão arquivados pelo prazo de cinco anos ou enquanto durar o desenvolvimento desta pesquisa de mestrado. Assegurando que não serão disponibilizados após a conclusão da mesma para realização de uma nova pesquisa. Os **riscos** apresentados pela pesquisa aos/às participantes são mínimos, e referem-se à possibilidade de invasão de privacidade; levá-lo/a à responder questões sensíveis relacionadas a sua participação no movimento sem-terra; divulgação de dados confidenciais (registrados no TCLE); tomar o seu tempo ao responder a entrevista. Para que tais riscos possam ser minimizados, caso você se sinta fragilizado/a, a entrevista poderá ser interrompida em qualquer momento e providências serão tomadas para seu acolhimento e encaminhamento para o serviço de assistência do Município. A entrevista será realizada em local tranquilo, prezando o sigilo das respostas, de preferência no próprio assentamento, onde localiza sua residência. Caso não haja o ambiente em questão na localidade, ou você não se sentir confortável para ali realizar, a entrevista poderá ser realizada em locais mais adequados de acordo com a sua disponibilidade e sugestão. Com todas as despesas provenientes de alimentação e/ou transporte inteiramente custeada pela pesquisadora responsável.

Os **benefícios** desta pesquisa para os/as participantes encontram-se principalmente na possibilidade que a entrevista propicie aos/às mesmos/as ver sua história de lutas ser registrada na história e seus feitos contados para as gerações futuras, não sendo esquecidos pelo tempo. A pesquisa apresenta também benefícios no âmbito acadêmico ao possibilitar o resgate da memória e a compressão da qualidade de vida das pessoas que moram no assentamento Olga Benário.

Desde já agradeço sua atenção e participação, me colocando à disposição para maiores informações. Se você desejar, poderá ter acesso a este trabalho do qual participou. Ao final da pesquisa, os resultados serão divulgados para todas as pessoas participantes.

➤ **CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESQUISA:**

Eu Oswaldir Rodrigues dos Santos,
RG/CPF 218484081-53 confirmo que a pesquisadora Simone Cristina Marques, explicou-me os objetivos desta pesquisa, bem como a forma de minha participação. As condições que envolvem a minha participação também foram discutidas. Fui devidamente informada/o e esclarecida/o sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento e que posso me recusar qualquer questão que me cause desconforto emocional e/ou constrangimento que seja feita pelo pesquisador, sem que isto leve a qualquer penalidade. Autorizo a gravação em áudio da entrevista que porventura venha a dar e sua posterior transcrição pelo pesquisador responsável,

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO PROFISSIONAL
EM HISTÓRIA – PPGH-MP**

para fins de ensino e pesquisa. Autorizo a publicação deste material em meios acadêmicos e científicos e estou ciente de que serão removidos ou modificados dados de identificação pessoal, de modo a garantir minha privacidade e anonimato, sem prejuízos a mim.

Eu confirmo que li e compreendi este Termo de Consentimento; portanto, concordo em dar meu consentimento para participar como voluntário/a desta pesquisa, conforme rubrica dentro do parêntese com a proposição escolhida:

() Permito a divulgação da minha opinião, contida nas transcrições das entrevistas concedidas e gravadas pelo pesquisador, nos resultados publicados da pesquisa;

() Não permito a divulgação da minha opinião, contida nas transcrições das entrevistas concedidas e gravadas pelo pesquisador, nos resultados publicados da pesquisa;

() Declaro ciência de que os meus dados coletados podem ser relevantes para esta pesquisa, portanto, autorizo a pesquisadora guardar o material pelo prazo de cinco anos ou em quanto durar o desenvolvimento desta pesquisa de mestrado;

() Declaro ciência de que os meus dados coletados podem ser relevantes para esta pesquisa, mas não autorizo a pesquisadora guardar o material pelo prazo de cinco anos ou em quanto durar o desenvolvimento desta pesquisa de mestrado.

Ipameri-GO, 19 de janeiro de 2021.

Oswaldir Rodrigues dos Santos

Assinatura por extenso do/a participante

Simone Cristina Marques

Assinatura por extenso do pesquisador responsável

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO PROFISSIONAL
EM HISTÓRIA – PPGH-MP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Caro Senhor/a:

Você está sendo convidado/a a participar, como voluntário/a, da pesquisa intitulada “**Memórias, Experiências e Narrativas Históricas no assentamento Olga Benário no município de Ipameri-GO**”, que será apresentada como uma Dissertação de Curso da pesquisadora responsável Simone Cristina Marques, do Programa de Pós Graduação em História – Mestrado Profissional em História – PPGH-MP, da Universidade Federal de Goiás – UFG, Regional Catalão, sob orientação da Prof. Dr. Paulo César Inácio. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao pesquisador responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado/a de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, via e-mail simonecristinamarques@gmail.com, inclusive, sob forma de ligação, através do seguinte contato telefônico: (64) 8118-4792. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Regional Catalão/UFG, através do telefone (64) 3441-7609 ou pelo e-mail cep.rc.ufg@gmail.com.

O objetivo central de nossos estudos é resgatar a memória do assentamento através dos relatos das suas histórias de vida e condições de subsistência. A pesquisa possibilitará entender o perfil das famílias que moram no assentamento, os motivos que levaram a ser assentados, suas experiências, lutas e sonhos. Além de sua qualidade de vida levando em conta quesitos como: a saúde, habitação, saneamento básico, higiene e bens duráveis.

O processo de obtenção do registro do presente documento será da seguinte forma: No momento em que o pesquisador entrar no campo de pesquisa (assentamento Olga Benário) e encontrar com você participante da pesquisa que atenda aos **critérios de inclusão** por ser morador do assentamento e/ou ter contato com o movimento sem-terra, entregará este documento a você. Você poderá ler este documento com calma e atenção e, caso concordar, assinará as duas vias do documento e entregará para o pesquisador, antes do início da pesquisa. A pesquisa se realizará a partir de entrevistas semiestruturadas, que serão gravadas e posteriormente transcritas, que partindo de um roteiro preestabelecido, possibilitem que tenhamos um diálogo sobre a sua atuação no movimento sem-terra, suas perspectivas e impressões, etc. As informações coletadas serão analisadas de forma qualitativa, onde trechos, caso autorize, serão utilizados na íntegra ou parcialmente. E os resultados, favoráveis ou não, serão apresentados em eventos acadêmicos e publicados em periódicos científicos e no texto final da dissertação.

É importante salientar também que, como as informações serão utilizadas de forma geral relacionando-as com os objetivos da pesquisa, seu nome não será utilizado em qualquer fase da pesquisa, garantindo seu anonimato. Apesar de que nada será cobrado de você, caso se sinta lesado/a, você possui o direito de pleitear indenização (reparação a danos imediatos ou futuros), que estão garantidos em lei, segundo a Resolução nº 466, dezembro de 2012, decorrentes da

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO PROFISSIONAL
EM HISTÓRIA – PPGH-MP

sua participação na pesquisa. A participação na pesquisa é voluntária, tendo você o poder de recusar-se ou de retirar seu consentimento, ou ainda interromper sua participação se assim o preferir, a qualquer momento, sem nenhuma penalização ou prejuízo a você.

Garanto que todo material coletado através da entrevista e do processo de pesquisa será armazenado em local seguro e ficará sob minha posse e responsabilidade, tendo somente eu o acesso aos dados originais (gravação da entrevista em meio digital e TCLE's), que serão arquivados pelo prazo de cinco anos ou enquanto durar o desenvolvimento desta pesquisa de mestrado. Assegurando que não serão disponibilizados após a conclusão da mesma para realização de uma nova pesquisa. Os **riscos** apresentados pela pesquisa aos/às participantes são mínimos, e referem-se à possibilidade de invasão de privacidade; levá-lo/a à responder questões sensíveis relacionadas a sua participação no movimento sem-terra; divulgação de dados confidenciais (registrados no TCLE); tomar o seu tempo ao responder a entrevista. Para que tais riscos possam ser minimizados, caso você se sinta fragilizado/a, a entrevista poderá ser interrompida em qualquer momento e providências serão tomadas para seu acolhimento e encaminhamento para o serviço de assistência do Município. A entrevista será realizada em local tranquilo, prezando o sigilo das respostas, de preferência no próprio assentamento, onde localiza sua residência. Caso não haja o ambiente em questão na localidade, ou você não se sentir confortável para ali realizar, a entrevista poderá ser realizada em locais mais adequado de acordo com a sua disponibilidade e sugestão. Com todas as despesas provenientes de alimentação e/ou transporte inteiramente custeada pela pesquisadora responsável.

Os **benefícios** desta pesquisa para os/as participantes encontram-se principalmente na possibilidade que a entrevista propicie aos/às mesmos/as ver sua história de lutas ser registrada na história e seus feitos contados para as gerações futuras, não sendo esquecidos pelo tempo. A pesquisa apresenta também benefícios no âmbito acadêmico ao possibilitar o resgate da memória e a compressão da qualidade de vida das pessoas que moram no assentamento Olga Benário.

Desde já agradeço sua atenção e participação, me colocando à disposição para maiores informações. Se você desejar, poderá ter acesso a este trabalho do qual participou. Ao final da pesquisa, os resultados serão divulgados para todas as pessoas participantes.

➤ **CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESQUISA:**

Eu Flávia Lopes Voz
RG/CPF 993.244.581-91 confirmo que a pesquisadora Simone Cristina Marques, explicou-me os objetivos desta pesquisa, bem como a forma de minha participação. As condições que envolvem a minha participação também foram discutidas. Fui devidamente informada/o e esclarecida/o sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento e que posso me recusar qualquer questão que me cause desconforto emocional e/ou constrangimento que seja feita pelo pesquisador, sem que isto leve a qualquer penalidade. Autorizo a gravação em áudio da entrevista que porventura venha a dar e sua posterior transcrição pelo pesquisador responsável,

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO PROFISSIONAL
EM HISTÓRIA – PPGH-MP**

para fins de ensino e pesquisa. Autorizo a publicação deste material em meios acadêmicos e científicos e estou ciente de que serão removidos ou modificados dados de identificação pessoal, de modo a garantir minha privacidade e anonimato, sem prejuízos a mim.

Eu confirmo que li e compreendi este Termo de Consentimento; portanto, concordo em dar meu consentimento para participar como voluntário/a desta pesquisa, conforme rubrica dentro do parêntese com a proposição escolhida:

() Permito a divulgação da minha opinião, contida nas transcrições das entrevistas concedidas e gravadas pelo pesquisador, nos resultados publicados da pesquisa;

() Não permito a divulgação da minha opinião, contida nas transcrições das entrevistas concedidas e gravadas pelo pesquisador, nos resultados publicados da pesquisa;

() Declaro ciência de que os meus dados coletados podem ser relevantes para esta pesquisa, portanto, autorizo a pesquisadora guardar o material pelo prazo de cinco anos ou em quanto durar o desenvolvimento desta pesquisa de mestrado;

() Declaro ciência de que os meus dados coletados podem ser relevantes para esta pesquisa, mas não autorizo a pesquisadora guardar o material pelo prazo de cinco anos ou em quanto durar o desenvolvimento desta pesquisa de mestrado.

Ipameri-GO, 14 de outubro de 2020

Flávia Lopes Voz

Assinatura por extenso do/a participante

Simone Cristina Marques

Assinatura por extenso do pesquisador responsável

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO PROFISSIONAL
EM HISTÓRIA – PPGH-MP**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Caro Senhor/a:

Você está sendo convidado/a a participar, como voluntário/a, da pesquisa intitulada “**Memórias, Experiências e Narrativas Históricas no assentamento Olga Benário no município de Ipameri-GO**”, que será apresentada como uma Dissertação de Curso da pesquisadora responsável Simone Cristina Marques, do Programa de Pós Graduação em História – Mestrado Profissional em História – PPGH-MP, da Universidade Federal de Goiás – UFG, Regional Catalão, sob orientação da Prof. Dr. Paulo César Inácio. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao pesquisador responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado/a de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, via e-mail simonecristinamarques@gmail.com, inclusive, sob forma de ligação, através do seguinte contato telefônico: (64) 8118-4792. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Regional Catalão/UFG, através do telefone (64) 3441-7609 ou pelo e-mail cep.rc.ufg@gmail.com.

O objetivo central de nossos estudos é resgatar a memória do assentamento através dos relatos das suas histórias de vida e condições de subsistência. A pesquisa possibilitará entender o perfil das famílias que moram no assentamento, os motivos que levaram a ser assentados, suas experiências, lutas e sonhos. Além de sua qualidade de vida levando em conta quesitos como: a saúde, habitação, saneamento básico, higiene e bens duráveis.

O processo de obtenção do registro do presente documento será da seguinte forma: No momento em que o pesquisador entrar no campo de pesquisa (assentamento Olga Benário) e encontrar com você participante da pesquisa que atenda aos **critérios de inclusão** por ser morador do assentamento e/ou ter contato com o movimento sem-terra, entregará este documento a você. Você poderá ler este documento com calma e atenção e, caso concordar, assinará as duas vias do documento e entregará para o pesquisador, antes do início da pesquisa. A pesquisa se realizará a partir de entrevistas semiestruturadas, que serão gravadas e posteriormente transcritas, que partindo de um roteiro preestabelecido, possibilitem que tenhamos um diálogo sobre a sua atuação no movimento sem-terra, suas perspectivas e impressões, etc. As informações coletadas serão analisadas de forma qualitativa, onde trechos, caso autorize, serão utilizados na íntegra ou parcialmente. E os resultados, favoráveis ou não, serão apresentados em eventos acadêmicos e publicados em periódicos científicos e no texto final da dissertação.

É importante salientar também que, como as informações serão utilizadas de forma geral relacionando-as com os objetivos da pesquisa, seu nome não será utilizado em qualquer fase da pesquisa, garantindo seu anonimato. Apesar de que nada será cobrado de você, caso se sinta lesado/a, você possui o direito de pleitear indenização (reparação a danos imediatos ou futuros), que estão garantidos em lei, segundo a Resolução nº 466, dezembro de 2012, decorrentes da

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO PROFISSIONAL
EM HISTÓRIA – PPGH-MP**

sua participação na pesquisa. A participação na pesquisa é voluntária, tendo você o poder de recusar-se ou de retirar seu consentimento, ou ainda interromper sua participação se assim o preferir, a qualquer momento, sem nenhuma penalização ou prejuízo a você.

Garanto que todo material coletado através da entrevista e do processo de pesquisa será armazenado em local seguro e ficará sob minha posse e responsabilidade, tendo somente eu o acesso aos dados originais (gravação da entrevista em meio digital e TCLE's), que serão arquivados pelo prazo de cinco anos ou enquanto durar o desenvolvimento desta pesquisa de mestrado. Assegurando que não serão disponibilizados após a conclusão da mesma para realização de uma nova pesquisa. Os riscos apresentados pela pesquisa aos/às participantes são mínimos, e referem-se à possibilidade de invasão de privacidade; levá-lo/a à responder questões sensíveis relacionadas a sua participação no movimento sem-terra; divulgação de dados confidenciais (registrados no TCLE); tomar o seu tempo ao responder a entrevista. Para que tais riscos possam ser minimizados, caso você se sinta fragilizado/a, a entrevista poderá ser interrompida em qualquer momento e providências serão tomadas para seu acolhimento e encaminhamento para o serviço de assistência do Município. A entrevista será realizada em local tranquilo, prezando o sigilo das respostas, de preferência no próprio assentamento, onde localiza sua residência. Caso não haja o ambiente em questão na localidade, ou você não se sentir confortável para ali realizar, a entrevista poderá ser realizada em locais mais adequados de acordo com a sua disponibilidade e sugestão. Com todas as despesas provenientes de alimentação e/ou transporte inteiramente custeada pela pesquisadora responsável.

Os **benefícios** desta pesquisa para os/as participantes encontram-se principalmente na possibilidade que a entrevista propicie aos/às mesmos/as ver sua história de lutas ser registrada na história e seus feitos contados para as gerações futuras, não sendo esquecidos pelo tempo. A pesquisa apresenta também benefícios no âmbito acadêmico ao possibilitar o resgate da memória e a compressão da qualidade de vida das pessoas que moram no assentamento Olga Benário.

Desde já agradeço sua atenção e participação, me colocando à disposição para maiores informações. Se você desejar, poderá ter acesso a este trabalho do qual participou. Ao final da pesquisa, os resultados serão divulgados para todas as pessoas participantes.

➤ **CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESQUISA:**

Eu Stênio Almeida Dias,
RG/CPF 007 457.451-56 confirmo que a pesquisadora Simone Cristina Marques, explicou-me os objetivos desta pesquisa, bem como a forma de minha participação. As condições que envolvem a minha participação também foram discutidas. Fui devidamente informada/o e esclarecida/o sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento e que posso me recusar qualquer questão que me cause desconforto emocional e/ou constrangimento que seja feita pelo pesquisador, sem que isto leve a qualquer penalidade. Autorizo a gravação em áudio da entrevista que porventura venha a dar e sua posterior transcrição pelo pesquisador responsável,

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO PROFISSIONAL
EM HISTÓRIA – PPGH-MP**

para fins de ensino e pesquisa. Autorizo a publicação deste material em meios acadêmicos e científicos e estou ciente de que serão removidos ou modificados dados de identificação pessoal, de modo a garantir minha privacidade e anonimato, sem prejuízos a mim.

Eu confirmo que li e compreendi este Termo de Consentimento; portanto, concordo em dar meu consentimento para participar como voluntário/a desta pesquisa, conforme rubrica dentro do parêntese com a proposição escolhida:

- () Permito a divulgação da minha opinião, contida nas transcrições das entrevistas concedidas e gravadas pelo pesquisador, nos resultados publicados da pesquisa;
- () Não permito a divulgação da minha opinião, contida nas transcrições das entrevistas concedidas e gravadas pelo pesquisador, nos resultados publicados da pesquisa;
- () Declaro ciência de que os meus dados coletados podem ser relevantes para esta pesquisa, portanto, autorizo a pesquisadora guardar o material pelo prazo de cinco anos ou em quanto durar o desenvolvimento desta pesquisa de mestrado;
- () Declaro ciência de que os meus dados coletados podem ser relevantes para esta pesquisa, mas não autorizo a pesquisadora guardar o material pelo prazo de cinco anos ou em quanto durar o desenvolvimento desta pesquisa de mestrado.

Ipameri-GO, 14 de outubro de 2020

Ilário Tenório da Silva

Assinatura por extenso do/a participante

Simone Cristina Marques

Assinatura por extenso do pesquisador responsável